



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

JÉSSICA FERNANDA DA SILVA ANDRADE

FOZ DO IGUAÇU

2014



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

JÉSSICA FERNANDA DA SILVA ANDRADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

FOZ DO IGUAÇU

2014

JÉSSICA FERNANDA DA SILVA ANDRADE

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU: CONSIDERAÇÕES
SOBRE A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

UNILA

Prof. Me. Geisiane Michelle da Silva

UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso

UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho aos
meus pais Ivanilda e José.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui.

Aos meus pais Ivanilda Pereira da Silva e José Alves Andrade por terem me ensinado, me amado, pela compreensão nos momentos mais difíceis dessa trajetória e me educado. É a eles que eu agradeço por ter chegado até aqui, porque sem eles eu não seria ninguém.

A minhas irmãs Jakeline e Juciele, porque sem elas seria só eu, e não tem coisa pior do que ser sozinho nesse mundo.

Aos meus amigos: Rosane, Bruna, Vanessa, Fraciely, Amanda, Osmar, Rogério e Denis por terem feito parte da minha vida nesses quatro anos e meio e por terem me ajudado nas horas mais difíceis, porque sem vocês a vida e a Universidade seria menos feliz.

E especialmente professor orientador Gilson Batista de Oliveira pela sua orientação e paciência.

A todos o meu muito obrigado!

*Quando os nossos dias se tornarem obscurecidos
por nuvens negras e baixas, quando as nossas
noites forem mais negras do que mil noites.
Lembre-mos, que no universo a um grande e
benigno poder, que e capaz de abrir caminho onde
não há caminho, e de transformar o ontem sombrio
num luminoso amanhã.*

Martin Luther King

ANDRADE, Jéssica Fernanda da Silva. 2014. **Desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu: considerações sobre a Usina Hidrelétrica de Itaipu**. 64 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMO

Este trabalho se concentra na história econômica de Foz do Iguaçu, notadamente o período anterior e posterior a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI). A história mostra Foz do Iguaçu, antes da UHI, era uma cidade predominantemente agrícola com exploração turística reduzida, com quase vinte mil habitantes. Após a instalação da UHI, houve um crescimento populacional mais acentuado. Hoje, a cidade possui uma população estimada de 256.088 habitantes (IBGE, 2013). A construção da hidrelétrica promoveu uma drástica mudança na composição econômica da cidade. Por isso, o tema abordado ajuda a esclarecer até que ponto a construção da usina beneficiou a população local. Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é analisar a influência da construção da Hidrelétrica de Itaipu no crescimento e desenvolvimento econômico do município de Foz do Iguaçu. Como objetivos específicos busca-se estudar o período histórico anterior à construção da hidrelétrica de Itaipu, contextualizar o município na história econômica do Paraná e do Brasil, bem como verificar os impactos econômicos provocados pela construção da hidrelétrica no município. A guisa de conclusão, Foz do Iguaçu sofreu uma drástica alteração no seu perfil socioeconômico. A cidade ganhou mais bairros, infraestrutura, mais habitantes, mais renda e também muitos problemas.

Palavras - chave: Foz do Iguaçu; Itaipu; Desenvolvimento.

ANDRADE, Jéssica Fernanda da Silva. 2014. **El desarrollo económico de Foz do Iguazú: consideración de la Central Hidroeléctrica de Itaipú**. 64 páginas. Acabado por supuesto (Licenciado en Ciencias Económicas - Economía, Integración y Desarrollo) - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguazu, 2014.

RESUMEN

Este trabajo se centra en la historia económica de Foz do Iguazu, en especial el período antes y después de la construcción de la Central Hidroeléctrica de Itaipú (CHI). La historia muestra Foz do Iguazu, antes de la CHI, una ciudad predominantemente agrícola con operación turística reducida, con casi veinte mil habitantes. Después de instalar el CHI, hubo un crecimiento demográfico más fuerte. Hoy en día, la ciudad tiene una población estimada de 256.088 habitantes (IBGE, 2013). La construcción de la hidroeléctrica promovió un cambio drástico en la composición económica de la ciudad. Así abordado ayuda a aclarar en qué medida la construcción de la planta se benefició a la población local. En este sentido, el objetivo de este estudio es analizar la influencia de la construcción de la hidroeléctrica Itaipú crecimiento y el desarrollo económico de la ciudad de Foz do Iguazu. Los objetivos específicos busca estudiar el período histórico anterior a la construcción de hidroeléctrica de Itaipú, contextualizar el municipio en la historia económica de Paraná y Brasil, así como verificar los impactos económicos causados por la construcción de la hidroeléctrica en la ciudad. Como conclusión, Foz do Iguazu ha sufrido un cambio drástico en su perfil socio-económico. La ciudad ganó más barrios, infraestructura, más personas, más ingresos y también muchos problemas.

Palabras - clave: Foz do Iguazu; Itaipú; Desarrollo.

ANDRADE, Jéssica Fernanda da Silva. 2014. **Economic development of Foz do Iguaçu: consideration of the Itaipu Hydroelectric Dam**. 64 pages. Work Completion of course (Graduate in Economics - Economics, Integration and Development) - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguassu, 2014.

ABSTRACT

This paper focuses on the economic history of Foz do Iguaçu, especially the period before and the period after the construction of the Itaipu Hydroelectric Dam (IHD). A study of recent history of the city, displays Foz do Iguaçu, before the construction of IHD, as a predominantly agricultural city with reduced tourist operation, and about twenty thousand inhabitants. Comparatively, after the installation of the dam, a stronger population growth was noticed. Today, the city has an estimated population of 256,088 inhabitants (IBGE, 2013). The construction of the hydroelectric dam promoted a drastic change in the economy of the city. Thereby, the topic addressed in this paper, intends to help clarifying in what extent the construction of the plant benefited the local population. Furthermore, this study aims to analyze the influence of the construction of the Itaipu Hydroelectric Dam in the economic growth and development of the city of Foz do Iguaçu. In a specific sense, we objectify studying the historical period before the construction of the Itaipu Dam, contextualize the city of Foz do Iguaçu in the economic history background of Paraná and Brazil, as well as verify the economic impacts caused by the construction of a hydroelectric power plant in the city. As a conclusion, Foz do Iguaçu has experienced a drastic change in their socio-economic profile. The city gained more neighborhoods, infrastructure, more people, more income and also many more problems

Key-words: Foz do Iguaçu; Itaipu; Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDE	Administración Nacional de Eletricidad
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPDOC	Conselho Federal de Comércio Exterior
CTEF	Conselho Técnico de Economia e Finanças
DASP	Departamento de Administrativo do Serviço Público
ELEC	Electroconsult SpA
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
PAEG	Programa de Ação Econômico do Governo

PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PIA	Ponte Internacional da Amizade
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PLADEP	Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SAGMACS	Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SALTE	Iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SPVERFS	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná S/A
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UHI	Usina Hidrelétrica de Itaipu
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PARANÁ E FOZ DO IGUAÇU NO ÂMBITO DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	14
2.1	PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO	14
2.1.1	Plano SALTE	16
2.1.2	Plano de Metas.....	16
2.1.3	Plano Trienal.....	18
2.1.4	PAEG.....	19
2.1.5	I Plano Nacional de Desenvolvimento	20
2.1.6	II Plano Nacional de Desenvolvimento	21
2.2	O DESENVOLVIMENTO PARANAENSE DENTRO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRO	22
2.3	ORGANIZAÇÕES REGIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E PARANÁ	25
3	O DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU	34
3.1	OCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE	34
3.2	FOZ DO IGUAÇU – HISTÓRIA ECONÔMICA	37
3.3	CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU E SEUS IMPACTOS	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
	ANEXOS	58
	ANEXO A – Caminho do Peabiru.....	58
	ANEXO B - Foz do Iguaçu 1910.....	58
	ANEXO C - Um dos navios argentinos que faziam o transporte de passageiros e traziam mantimentos para os moradores de Foz do Iguaçu.....	59
	ANEXO D - A extração madeireira.	59
	ANEXO E - Br-277 intransitável em períodos de chuva. 1951.	60
	ANEXO F - Território Federal do Iguaçu de 1943-1946.	60
	ANEXO G – Emancipação dos municípios do oeste paranaense.	61
	ANEXO H – Limites do Município de Vila Iguassú/Foz do Iguaçu até 1951.....	62
	ANEXO I - Pessoas tentando salvar suas casas das águas do rio Paraná que subiria após o fechamento das comportas da UHI.	62
	ANEXO J – Reflexos da construção da Usina.....	63
	ANEXO K - Turismo de compras no Paraguai.	63

1. INTRODUÇÃO

O estudo do desenvolvimento econômico¹ de Foz do Iguaçu, antes e depois da construção da Usina hidrelétrica de Itaipu, é importante para entender os fatores da formação econômica do município. Analisando o processo histórico da cidade, é possível observar mais detalhadamente como ocorreram alguns marcos importantes na história do município que influenciaram no seu crescimento e desenvolvimento.

Em 1542, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca chegou onde hoje está situado o município de Foz do Iguaçu sendo considerado o “descobridor” das Cataratas do Iguaçu. Essa parte do país foi praticamente ignorada durante o período colonial, fator que influenciou na incursão de argentinos na região, que vieram atraídos pela erva-mate que havia nessa localidade. Mas como o local era de grande estratégia para o Brasil imperial, em 1889 foi instalada a Colônia Militar do Iguaçu na região para garantir os interesses do governo. A população da cidade crescia gradativamente. Já nos primeiros anos do século XX, o município contava com 2.000 habitantes e a economia era baseada na exploração e extrativismo. Em meados dos anos 1970, a população iguaçuense chegava a cerca de 20.000 habitantes (ITAIPU, 2013).

Em 1975, houve um crescimento populacional mais acentuado. Esse ano marca o início da construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Hoje, a cidade possui uma população estimada de 256.088 habitantes (IBGE, 2013).

É inegável que com a construção da hidrelétrica aconteceu uma drástica mudança na composição econômica da cidade. Por isso, o tema a ser abordado ajuda a esclarecer até que ponto a construção da usina beneficiou a população local, e como os efeitos da construção de Itaipu influenciaram no curso do desenvolvimento econômico do município.

Quais os impactos socioeconômicos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu?

¹ O Desenvolvimento econômico é o processo de variação positiva das variáveis econômicas quantitativas, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB), acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população, que são as variáveis qualitativas. O desenvolvimento está atrelado a indicadores que mostram a variação do nível de vida da população. O crescimento está mais relacionado com as variáveis econômicas como, o aumento do PIB, PNB e variação do nível de renda.

Como hipótese básica tem-se que antes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu era uma cidade basicamente agrícola, que vivia do extrativismo e da produção de erva-mate, mesmo com potencial turístico. Com a descentralização da economia promovida no Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir dos anos 1970, e a necessidade de gerar mais energia elétrica foi construída Itaipu, que modificou completamente a matriz socioeconômica da cidade.

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é analisar a influência da construção da Hidrelétrica de Itaipu no crescimento e desenvolvimento econômico do município de Foz do Iguaçu. Como objetivos específicos buscam-se: A) estudar o período histórico anterior à construção da hidrelétrica de Itaipu; B) contextualizar o município na histórica econômica do Paraná e do Brasil e; C) verificar os impactos econômicos provocados pela construção da hidrelétrica no município, especificamente o período de 1974-1991.

Para a concretização dos objetivos é utilizado o Método Histórico dedutivo, que consiste na “pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, que abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (LAKATOS e MARCONI, 1999, p. 73).

A pesquisa é desenvolvida com base em material bibliográfico e tem como finalidade o estudo do período anterior e posterior à construção de Itaipu. Os resultados obtidos através da pesquisa serão confrontados para averiguar se houve uma transformação no arranjo socioeconômico do município. Fundamentalmente, é feito uso de material bibliográfico oriundo de livros, artigos, monografias e de dados fornecidos por entidades como a Itaipu Binacional e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. O PARANÁ E FOZ DO IGUAÇU NO ÂMBITO DOS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Este trabalho tem como tema central o desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu. Primeiramente será apresentada uma abordagem geral do desenvolvimento econômico brasileiro e paranaense, que servirá como base para o desenvolvimento do trabalho, mostrando como a cidade foi inserida nesse contexto, isto é, estuda-se o desenvolvimento partindo de uma esfera de análise macroeconômica para compreender o caso de Foz do Iguaçu.

2.1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO

Até meados de 1914, data de início da Primeira Guerra Mundial, a participação da existente indústria brasileira na composição do produto era praticamente nula, a partir desse momento o cenário econômico do país começa a mudar. Por conta do conflito mundial, as importações dos produtos industrializados foram impossibilitadas, gerando, assim uma necessidade de produzir internamente o que antes era importado (BRUM, 1995).

Entretanto, o desenvolvimento industrial não obteve apoio necessário por parte do governo e dos latifundiários porque essa pauta ainda não fazia parte dos interesses desses grupos. “Houve estímulos pontuais a implantação e ampliação de algumas atividades industriais, caracteristicamente leves”, mas nada que interferisse na dinâmica econômica que existia no país (LOURENÇO, 2005, p. 14).

Antes desse pequeno surto industrial, logo após o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil era um país que sobrevivia basicamente da exportação de bens primários e o seu principal produto de exportação era o café, que trouxe vulnerabilidade à economia brasileira. O país dependia das exportações dos bens primários para importar os bens de consumo e, a cada crise que acontecia na Europa ou nos Estados Unidos, a economia demonstrava-se fragilizada (PIRES, 2010).

A redução do número de exportações de café fez com que o Brasil reduzisse a sua capacidade de importação. Com a capacidade de importar reduzida, a demanda voltou-se para o mercado interno, dando início ao processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

A primeira guerra mundial, a crise econômica de 1929 e a revolução de 1930 criaram condições para o início do processo de ruptura com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país. A guerra funcionou como fator impulsionante industrial porque rompeu com as relações tradicionais de troca exportação de produtos primários e a importação de bens industrializados. Assim, o mercado interno ficou livre para a iniciativa nacional. A demanda do mercado impulsionou o surto da industrialização nacional (BRUM, 1995, p. 86).

A década de 1930 foi o ponto de ruptura do modelo agrário exportador que foi substituído pelo modelo de desenvolvimento voltado para dentro, realizado com o capital acumulado do modelo anterior. A partir de meados de 1940, o Estado assume o papel de gestor da economia, porque a burguesia nacional não tinha interesse em investir nesse novo modelo que surgia e nem recursos para tamanho investimento. Então além do cumprir com as obrigações que o Estado já possuía, ele se responsabilizou e passou a fazer o papel do capitalista, fazendo investimento em diversas áreas da economia que seriam de cunho privado (BRUM, 1995).

Para tentar superar o atraso industrial, o novo modelo propunha uma mudança gradual da pauta econômica do país passando pelas seguintes etapas:

- A) Produção de bens de consumo não duráveis como a produção de têxteis, calçados, alimentos e bebidas.
- B) Produção de bens duráveis como a produção de automóveis.
- C) Produção de bens de capital (construção naval, aeronáutica, máquinas, ferramentas e equipamentos sob encomenda, e a realização de grandes investimentos estatais em infraestrutura como: energia e transportes, e na produção de bens intermediários como aço e petróleo) (LOURENÇO, 2005, p. 17).

De acordo com Lourenço (2005), para superar a crise de 1930 e se tornar um país industrializado, era necessário concluir as etapas do processo de substituição de importações. Com o Estado fazendo o papel do capitalista foram criados vários órgãos de regulação, como uma forma de administrar processo de desenvolvimento e de diversificação da economia brasileira. Algumas instituições que foram criadas para auxiliar esse processo são: o Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP), esse órgão foi criado para aprimorar a

administração pública; o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) foi criado para fazer o levantamento econômico dos estados brasileiros; Conselho Federal de Comércio Exterior (CPDOC), que tinha por finalidade a centralização da política comercial do país; muitas outras instituições foram criadas pelo governo para ajudar a gerir a administração pública.

A intervenção pública no setor industrial nesta época possibilitou a criação de empresas estatais como a Companhia Vale Do Rio Doce, em 1943. Os governantes que assumiram a presidência da república após o primeiro período Vargas (1930-45), elaboraram alguns planos e programas nacionais para fomentar o crescimento e desenvolvimento do país, que mudou o perfil econômico da economia brasileira.

2.1.1 Plano SALTE

Elaborado no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) o principal objetivo do plano era estimular o desenvolvimento das áreas da saúde, alimentação, transporte e energia, suas iniciais formavam o nome plano SALTE. Ele não se tratava exatamente de um plano econômico, tinha um cunho mais administrativo, era mais um projeto de gestão dos gastos públicos do que um plano econômico. Mesmo assim, o projeto não foi bem sucedido por causa das dificuldades financeiras que o país enfrentava e pela falta de interesse do financiamento externo (PIRES, 2010).

2.1.2 Plano de Metas

Foi elaborado no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) (1956-1960). Sua principal proposta para o crescimento do país estava baseado em seu *slogan* de sua campanha eleitoral cinquenta anos em cinco. Ele pretendia que o Brasil fizesse um progresso de cinquenta anos em um período de cinco (BRUM, 1995).

Antes de assumir o posto de Presidente da República, JK fez uma viagem, que tinha um caráter especial, que era estabelecer uma maior proximidade

com os representantes do governo e de grandes industriais de outros Estados, mostrando-lhes como seria o projeto político de desenvolvimento econômico do Brasil com intuito de atrair o interesse deles em investir no crescimento do país. Antes de seu retorno ao país, JK passou pela Europa e ficou empolgado com a reconstrução que estava acontecendo no período pós-guerra, pois, se a Europa, que foi praticamente destruída, estava se reconstruindo em um ritmo acelerado, imagina o Brasil, que possuía uma diversidade de recursos tinha grandes chances de se desenvolver economicamente (BRUM, 1995).

Como demonstra Pires (2010), em 1956, com a incorporação dos estudos realizados pela comissão mista do Brasil-Estados Unidos e do grupo misto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi elaborado o plano de metas, que tinha como objetivo superar o atraso econômico que existia no país. O plano era composto por 31 metas e estava dividido em seis grupos: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a meta síntese que era a construção de Brasília.

Para realização de tamanha obra foi indispensável a participação do capital estrangeiro. A sua entrada se deu através da transnacionalização de fábricas para o país. O Governo concedia certas regalias para a instalação dessas fábricas no Brasil como: isenção de impostos, cediam os terrenos para as fábricas se fixarem no país, permitia a importação de maquinário obsoleto que já não era mais utilizado nos países desenvolvidos, e esses mesmos benefícios eram negados para as empresas brasileiras, prejudicando o desenvolvimento delas e fazendo com houvesse uma desnacionalização da economia.

O Brasil tornou-se um atrativo para os investidores estrangeiros, pois as fábricas que estavam desativas ou maquinário que não servia aos países industrializados eles despejavam no Brasil, utilizando a mão de obra barata e aproveitando a matéria-prima, gerando lucros extraordinários e remetendo de novo aos seus países de origem, impossibilitando o surgimento de empresas nacionais (PIRES, 2010).

Para Lourenço (2010), o crescimento econômico do país ficou centralizado em apenas uma região. O governo acreditava que era possível o

desenvolvimento do país através de apenas um centro dinâmico e que, a partir desse centro, o desenvolvimento se propagaria como um efeito cascata.

O governo de JK foi marcado por sua política industrializante, com participação do capital estrangeiro baseada na crescente entrada de empresas multinacionais. A economia do país cresceu rapidamente com a ajuda do desenvolvimento associado, porém o período de grandes avanços econômicos durou pouco tempo e logo após houve um surto inflacionário e a população não se beneficiou do desenvolvimento, aumentando as tensões sociais que já existiam (BRUM, 1995 e LOURENÇO, 2010).

2.1.3 Plano Trienal

Jango, como era chamado João Goulart, assumiu a presidência após a renúncia do então presidente Jânio Quadros. O plano trienal foi elaborado em apenas três meses no final do ano de 1962 por uma equipe de economistas liderados por Celso Furtado, durante o governo de João Goulart. O objetivo do plano trienal era a recuperação do crescimento da economia do período anterior, combater a inflação e promover algumas reformas de base, como a reforma agrária (BRUM, 1995).

Porém, o plano trienal foi considerado um fracasso no âmbito econômico. O plano malogrou porque a elite brasileira não tinha interesse no crescimento interno do Brasil, que seria feita através das reformas de base que consistiam na reforma agrária e redistribuição de renda. A elite estava preocupada com interesses próprios e não queriam que houvesse um aumento do nível de vida da população. A associação deles com o capital estrangeiro era o que trazia benefícios econômicos a classe dominante, os interesses da maioria da população não faziam parte dos planos da alta sociedade. A falta de apoio da elite fez com que o plano trienal fosse inviabilizado (PIRES, 2010).

2.1.4 PAEG

Com a instituição do golpe militar, quem assume a presidência, em abril de 1964, foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Diante da crise inflacionária que sofria o Brasil, o presidente Castelo Branco nomeou Roberto de Oliveira Campos como ministro do Planejamento e Octavio Gouveia de Bulhões como ministro da Fazenda. O Programa de Ação Econômico do Governo (PAEG) foi lançado em novembro de 1964, um dos pontos principais do programa era o combate à inflação (PIRES, 2010).

Pires (2010), defende que o motivo da existência da inflação eram os déficits públicos e o aumento da renda da população acima do nível de produção. Para conter a inflação foram adotadas medidas severas de combate à inflação. Entre elas estava o corte de investimentos públicos. Os problemas que a economia do país tinha que enfrentar para crescer era a inflação e o déficit da sua balança de pagamentos. Os objetivos do PAEG para o desenvolvimento econômico brasileiro eram:

- Acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico;
- Conter, progressivamente o processo inflacionário;
- Atenuar os desníveis econômicos regionais, assim como as tensões causadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;
- Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo a mão de obra.
- Corrigir a tendência de déficits descontrolados do balanço de pagamentos. (PIRES, 2010, p. 170)

O programa que foi feito para melhorar os aspectos econômicos e sociais deixou várias lacunas, fazendo com que houvesse concentração de renda, redução do poder aquisitivo dos trabalhadores e atraso do crescimento econômico do país. Essas medidas tomadas na década de 1960 são percebidas até hoje na sociedade e economia brasileira. Mas por outro lado, o Programa de Ação Econômico do Governo deixou uma base estruturada que ajudou no esboço do plano posterior (PIRES, 2010).

2.1.5 I Plano Nacional de Desenvolvimento

O período também conhecido como milagre econômico teve início no governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Foi considerado milagre, pois o crescimento econômico brasileiro alcançou o patamar de cerca de 10% ao ano, combinado com uma taxa de inflação relativamente baixa para a época de cerca de 20% ao ano (PIRES, 2010).

Segundo Lourenço (2010), o “milagre” econômico aconteceu por causa retorno da grande entrada de capital estrangeiro que tinha sido afugentado nos governos anteriores, por causa da fama de esquerdista² que possuía os governantes.

As multinacionais que se instalaram no Brasil obtiveram muitos benefícios, principalmente mão de obra barata, que elevavam os lucros capitalistas, matéria prima abundante e auxílios que o governo concedia para que as multinacionais se instalassem aqui. Foi a partir desse momento que o processo de industrialização brasileiro se intensificou, e houve um crescimento desordenado que não teve nenhum tipo de planejamento, ampliasse ainda mais os conflitos sociais, fazendo com que aumentasse as diferenças sociais entre as classes (PIRES, 2010).

Nesse período, a economia brasileira obteve um alto índice de crescimento através dos seguintes pontos:

- Aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, garantida pela alta concentração de renda e pela ampliação do crédito ao consumidor;
- Ampliação do setor de construção civil;
- Aumento das exportações, conseguido graças à expansão do comércio internacional e à política de estímulo governamental às exportações, calcada em fortes subsídios;
- Entrada de volume considerável de capitais estrangeiros;
- Aumento dos investimentos; (PIRES, 2010, p. 201 e 202).

A crise do milagre econômico veio acompanhada da crise do petróleo, que levou o mundo a uma nova crise econômica mundial, afetando diversas economias, principalmente a economia brasileira, que importava mais de 80% do petróleo consumido no país. A balança comercial brasileira começou a apresentar déficits em decorrência das importações de petróleo. Afetada pela crise

² Militante ou simpatizante do comunismo ou socialismo.

mundial a economia brasileira entrou em recessão, fazendo com que os setores que haviam crescido durante o milagre econômico também regredissem (BRUM, 1995).

2.1.6 II Plano Nacional de Desenvolvimento

Criado no governo do General Geisel, a meta principal do plano era fazer com que o Brasil superasse os desequilíbrios econômicos que surgiram em decorrência da crise do petróleo, que provocou o desaceleramento econômico. Para o desenvolvimento do país, era preciso combater a inflação, os déficits da balança comercial e continuar com o crescimento econômico para que o Brasil superasse os problemas estruturais (PIRES, 2010).

De acordo com Pires (2010), o governo Geisel tinha duas possibilidades de política econômica para superar a crise. A primeira era reduzir o nível de atividade, conter a demanda interna e reduzir o volume de importações de bens de capital e matérias primas. A segunda era promover a aceleração do processo de crescimento através da internalização da produção de equipamentos de insumos industriais e de energia. O governo Geisel optou pela segunda opção.

Para a promoção do crescimento econômico atrelado ao endividamento externo foi criado um pacote de investimentos que promovia o desenvolvimento dos seguintes setores: aumento da produção de petróleo; ampliação da geração de energia elétrica com a construção de hidrelétricas como a Itaipu; expansão de produção de insumos industriais; ampliação da infraestrutura e o aumento do setor de mecânica pesada (PIRES, 2010).

O II PND foi desenvolvido como tentativa de superar o subdesenvolvimento. Segundo Pires (2010), os objetivos gerais do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento eram: modificar a estrutura industrial, fortalecer a indústria privada nacional, desconcentrar regionalmente a atividade produtiva e melhorar a distribuição de renda.

2.2 O DESENVOLVIMENTO PARANAENSE DENTRO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRO

A industrialização, que começa a partir do processo de substituição de importações, era para acontecer de forma descentralizada e levar progresso a todas as regiões do país. Porém não foi isso que ocorreu. A industrialização brasileira começou a se centralizar na região Sudeste do país, principalmente no estado de São Paulo, provocando disparidades entre as regiões. Essas regiões, então, passaram a se articular com o centro dinâmico, tornando-se economias complementares (BRUM, 1995).

De acordo com Padis (2006), o Sudeste do Brasil desempenhava, e ainda desempenha, um papel semelhante ao papel das economias centrais perante as economias periféricas. A região exercia o papel da economia central enquanto as demais regiões se articulavam em prol do centro, fornecendo as matérias primas. Era uma espécie de divisão do trabalho nacional.

Em face disso, passou-se a questionar o padrão de desenvolvimento vigente, uma vez que este estava reproduzindo no país uma relação típica de centro periferia. Essa configuração do desenvolvimento regional brasileiro, segundo estes estudos, decorria do fato de que a economia paulista, tendo-se diversificado, em decorrência de sua liderança no processo de industrialização via “substituição de importações”, passou a determinar uma divisão do trabalho no espaço nacional à semelhança da clássica divisão internacional do trabalho, onde as demais regiões brasileiras gradativamente foram condicionadas a terem um padrão de desenvolvimento “voltado para fora” (TRINTIN, 2006, p. 68).

Conforme Cano (1998), esse processo impossibilitou o desenvolvimento de industrialização das regiões que estavam à mercê do centro dinâmico e beneficiou as regiões que já possuíam industrialização. Funcionava de maneira similar ao processo que ocorria com os países desenvolvidos em detrimento aos países subdesenvolvidos. Havia a troca de mercadorias o Sudeste fornecia os produtos industrializados e as demais regiões, as matérias primas beneficiando as regiões industrializadas, pelo fato do produto manufaturado possuir maior valor agregado provocando a deterioração dos termos de intercâmbio e inibindo o crescimento industrial das demais regiões. A única diferença era que esse processo acontecia entre regiões de um país.

Antes da introdução da produção de café no Paraná, a economia do estado era formada pela produção de erva-mate e da madeira. A inserção do café

na economia paranaense acontece a partir dos primeiros anos do século XX. Um dos principais motivos foi o acordo de Taubaté, firmado entre os principais estados produtores do grão no Brasil, que previa o rígido controle do plantio nessas regiões levando ao deslocamento da produção para locais onde não houvesse controle esse rígido controle. O Paraná foi beneficiado com a produção de café, pois não fazia parte dos maiores produtores do grão que favoreceu a produção da planta no estado (TRINTIN, 2006).

A extensão da produção do café foi proibida nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que firmaram o acordo de Taubaté, o que possibilitou a inserção da produção de café no norte do estado do Paraná por conta da proximidade com o estado de São Paulo. Além do estado se beneficiar economicamente dessa medida, o governo federal protegia a produção do café no Paraná e governo estadual achava promissor o desenvolvimento do estado baseado na cultura do café. O produto acabou se tornando umas das principais pilstras de sustentação econômica do estado.

Segundo Trintin (2006), com a crise de 1929, os gastos mais supérfluos foram cortados e, dentre eles, estava o consumo do café, fazendo com que a demanda diminuísse e, que o preço do produto tivesse uma queda brusca. Como medida do controle da oferta do produto, o governo decidiu fazer uma erradicação de cafezais e dos estoques de café que existia, promovendo a queima do produto. Mesmo com a produção do café prejudicada pela crise no Paraná, cultivo do café ainda continuava ampliando. A expansão da produção do café era explicada pelos seguintes fatores:

- A produtividade do café aumentava porque o solo paranaense era muito fértil e praticamente inexplorado, fazendo com que a produção do café fosse elevada;
- A partir da década de 1930 a produção do café estava localizada na pequena propriedade rural, fazendo com que o lucro não fosse um fator determinante como nas plantações de café de São Paulo;
- A adoção de medidas restritivas por parte dos governos estadual e federal, restringindo a plantação de café a 50

milhões de pés não afetou a produção paranaense, que possuía números bem inferiores a este.

Em conjunto com a produção de café, o pequeno produtor conciliou a atividade com a produção de alimentos, diversificando a pauta econômica do estado e integrando a economia paranaense a de outras regiões do país. Essa diversificação da economia do estado fez com ele se aproximasse ainda mais do centro que se formava no Brasil. O norte do estado paranaense estava mais ligado ao estado de São Paulo do que com as demais regiões do Paraná (TRINTIN, 2006; PADIS, 2006).

O estado tinha se tornado em uma espécie de produtor de bens primários, que vendia seus produtos aos demais estados principalmente para São Paulo, e comprava os bens manufaturados. O Paraná aparecia no cenário nacional como fornecedor de matérias primas (PADIS, 2006).

Conforme Padis (2006) e Trintin (2006), a única região do estado que estava integrada ao centro dinâmico que surgia no país era o Norte do Paraná. As demais regiões permaneciam isoladas. As regiões Oeste e Sudoeste foram ocupadas, principalmente, por gaúchos descendentes de europeus que encontraram um lugar similar ao aquele que habitavam anteriormente. Para a sua sobrevivência nesses novos lugares, os migrantes inseriram a mesma cultura que praticavam anteriormente, o cultivo de pequenas lavouras para a sua própria subsistência como: trigo, feijão, arroz, mandioca, milho, criação de animais e o restante era vendido ou trocado no mercado local, pois essas regiões eram de difícil acesso.

O aumento do fluxo populacional em direção a essa região, notadamente de gaúchos, a partir dos anos 50, aliado aos esforços para a implantação de um sistema viário capaz de interligar a região com os outros principais centros comerciais do Estado, proporcionou para que o seu isolamento relativo tivesse seus dias contados. Com a elevação da renda regional, em decorrência da maior intensificação de seu comércio, novos capitais gradativamente passaram a migrar para essa região, formando grandes propriedades rurais, principalmente em áreas ainda não ocupadas. (TRINTIN, 2006, p.56).

Segundo Padis (2006) e Trintin (2006), a expansão da fronteira agrícola baseada na pequena propriedade fez com que a população do estado crescesse, aumentando o número de pequenas propriedades, em que predominava a diversificação agrícola. Nessas novas propriedades, o café não era o principal produto, dando espaço a novas culturas. Com isso, o Paraná reforçava a sua

posição como estado produtor de alimentos. Para acabar com o modelo primário exportador paranaense era necessário promover a industrialização do estado para diminuir o nível de desigualdade existente entre as diversas regiões do Brasil. A industrialização do Paraná era a única forma de romper com a condição de estado atrasado, que dependia dos produtos manufaturados produzidos em São Paulo. A saída para esta situação era industrializar. Porém, a industrialização já tinha acontecido e não dava mais para percorrer o mesmo caminho que as regiões industrializadas fizeram para alcançar o desenvolvimento. Coube ao Paraná desenvolver as áreas que lhe proporcionavam melhores condições. O projeto de desenvolvimento paranaense malogrou no primeiro instante e o estado continuou a figurar como estado que complementava a economia.

A partir de meados da década de 60 quando a economia nacional voltou a crescer, surgiu a possibilidade de uma nova articulação dentro da divisão do trabalho no espaço nacional e se criou novos mecanismos de estímulo tanto a produção agrícola quanto industrial das demais regiões do país. Em particular, para a economia paranaense, uma vez que esta passou a contar com os investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional e do “espraimento” da indústria paulista no período (TRINTIN, 2006, p.72).

O Paraná foi beneficiado pelos planos nacionais de desenvolvimento através de órgãos criados pelo governo para levar o desenvolvimento a diversas regiões do país. Para contemplar a região Sul, foram criados: o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFS), que depois se tornou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), e a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) que depois se tornou Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) (GOMES, 2010).

2.3 ORGANIZAÇÕES REGIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E PARANÁ

Criada em 1956, a SPVERFS foi o primeiro órgão de desenvolvimento econômico regional destinado à região Sul do país. A superintendência foi criada para aumentar o padrão de vida na região e integrá-la ao centro dinâmico do país (BRUM, 1995).

Durante o seu tempo de existência a superintendência realizou apenas alguns estudos, e em 1967, ela foi substituída pela SUDESUL, que herdou suas instalações e sua estrutura precária. A SUDESUL passou dois anos se estruturando internamente para superar o desconhecimento sobre a região Sul que a antiga SPVERFS possuía (BADEP, 1979).

A autarquia elaborou, em 1971, o Plano de Desenvolvimento Regional, necessário para a organização interna do planejamento da superintendência e para a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento. A autarquia realizou, até meados de 1975, a maior parte dos seus estudos à cerca da área superintendida, e formulou a sua política mesorregional e suas estratégias microrregionais. Além disto, “nesses anos, a SUDESUL criou seus principais projetos sub-regionais” (GOULARTI FILHO et. al, 2012 p. 5 e 6).

Foi no período entre 1976-1978, no governo de Geisel, que a SUDESUL chegou ao seu ápice com a implantação de obras. Porém, não avançou nos estudos sobre a região porque houve centralização dos estudos desenvolvidos pela agência, tornando-se apenas uma repassadora de verbas. Já nos anos 80, com perda de forças a SUDESUL, se uniu com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e, em conjunto, desenvolveram projetos de desenvolvimento para a região Sul. Em 1990 a SUDESUL é extinta (GOMES, 2010).

Mais voltada para a promoção da industrialização paranaense, e para superar o atraso econômico do estado em relação ao estado de São Paulo, foi criada a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP) em 1955. A primeira agência do Estado destinada ao planejamento e o estudo sobre o Paraná (GOMES, 2010).

A PLADEP foi criada com o propósito de melhorar a aplicabilidade dos recursos investidos no desenvolvimento do Paraná. A execução dos planos desenvolvidos para o crescimento do estado era realizada pela PLADEP, que era composta por uma comissão que ficava encarregada pela apresentação dos resultados obtidos. Essa junta era composta por três pessoas que eram representantes do governo, entre elas estava um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE). O Governo do estado deixava explícito que a comissão que era composta por um integrante do BNDE, com o intuito de atrair recursos federais para financiar os investimentos no estado (GOMES, 2010).

A PLADEP possuía muita influência do desenvolvimentismo cepalino. O órgão defendia que o governo do estado deveria financiar o desenvolvimento do Paraná, fundamentado nos conceitos que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) tinham desenvolvido para os países latino-americanos. Em estudos realizados a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, o Paraná possuía capacidade para alavancar a industrialização no estado, porém, um fator que limitaria o desenvolvimento do estado seria a escassez de energia (GOMES, 2010).

De acordo com Gomes (2010), a Comissão queria que o Governo Federal desse mais atenção para os estados que estavam à margem do desenvolvimento, como era o caso paranaense, pois cerca de 75% dos investimentos eram aplicados na região Sudeste, e os estados que compunham a região da bacia Paraná-Uruguai se quer tinham um banco de desenvolvimento regional, como o que existia no Nordeste, para que pudesse auxiliá-los em seu desenvolvimento. Para que houvesse industrialização, o estado precisava de investimentos, porém o BNDE estava empregando boa parte de seus recursos no Sudeste do país. A PLADEP, em uma reunião com os representantes dos estados da bacia Paraná-Uruguai, apresentou o projeto de um banco de desenvolvimento regional com as mesmas características base do banco desenvolvido para a região Nordeste. Porém, o projeto não foi realizado naquele momento. Posteriormente, foi criado Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), um banco projetado apenas para a região Sul do país.

Em 1961, os governadores do Sul se reuniram em Florianópolis para criar uma agência que visava o desenvolvimento do Sul e diminuir as discrepâncias existentes entre o Sul e o centro dinâmico capitalista. A proposta dos governadores “consistia na criação simultânea de um conselho e de um banco voltados ao desenvolvimento dos três Estados” (SILVA, 2011, p.46).

Em julho de 1961, foi criado o BRDE. Os fatores que levaram a criação do banco foram:

- a) Os desníveis regionais de renda e de padrões de vida que tendiam a se acentuar no Brasil, com perspectivas de distanciamento da Região Sul, daqueles níveis de renda dos centros dinâmicos do país;
- b) O processo de industrialização substitutivo das importações brasileiras, de sustentação permanente do crescimento nacional nestes últimos cinco decênios, não foi acompanhado pela região, gerando

descontinuidades e repercussões danosas notadamente nas relações de troca e na capitalização interna autônoma da economia;
 c) face à predominância da atividade agrária e das empresas de pequeno e médio portes, se caracterizava a exposição e fragilidade da região, para enfrentar os desequilíbrios internos, agravados pelas dificuldades inflacionárias (LENTINO, 1988, p. 1 e 2).

Junto com BRDE, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL). Caberia a essas agências funções diferenciadas para o desenvolvimento da região sul a parte do BRDE:

- Investimentos de infra-estrutura de interesse regional;
- Projetos especiais agropecuários, de colonização e de reforma agrária;
- A exploração de recursos minerais;
- O desenvolvimento industrial, investimento na pequena e média empresa, expansão e reequipamento das indústrias existentes, a instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizem a matéria-prima local, e outras de caráter pioneiro;
- Construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- A constituição e a ampliação de empresas para exploração de serviços de utilidade pública;
- Serviços de interesse regional (FONSECA, 1988 *apud* SILVA, 2011, p.46).

E ao CODESUL:

- a) Efetuar o levantamento socioeconômico da Região, estudar seus problemas, equacionar e propor soluções, visando, sob a égide da justiça e paz social, aos superiores interesses do País e da Região;
- b) Formular diretrizes da política de desenvolvimento regional, em consonância com os planos nacionais e em coordenação com os organismos estaduais de planejamento;
- c) Zelar, sugerindo medidas adequadas, para que o intercâmbio econômico, inter-regional e com o exterior, venha a permitir a justa retenção e fixação na Região dos rendimentos do trabalho por parte das populações locais, como fato positivo para o desenvolvimento regional. (FONSECA, 1988 *apud* SILVA, 2011, p.46).

O BRDE foi criado para “Promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo” (BRDE, 2014, p.2).

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul atuou como intermediador de recursos entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BRDE recebia os recursos e empregava na execução de obras públicas, financiava a aquisição de maquinário e equipamentos para o desenvolvimento da indústria e a construção civil (GOMES, 2010).

Para Trintin (2006), até a década de 50 praticamente não existia a indústria paranaense. A economia do estado era composta pela produção de bens primários, principalmente pelo plantio de café no Norte do estado. Com a eleição do governador Ney Aminthas de Barros Braga em 1961, o cenário econômico do estado tendia a mudar. A proposta de sua campanha era superar o atraso econômico que o estado enfrentava e o governo era a base de apoio para que houvesse essa transformação. Quando Ney Braga assumiu, o governo do estado passou a sentir dificuldades em implantar a sua proposta de governo, porque o estado não possuía recursos internos, gerando déficits orçamentários. O governo passava por um impasse: pagar as dívidas existentes ou parar a produção do estado. Ney sabia que tinha implantar o seu projeto desenvolvimentista senão o problema continuaria existindo.

Ney Braga era muito favorável ao desenvolvimento através da intervenção do Estado na economia. Ele tenta unir forças com o Governo Federal como forma de atrair investimentos para o estado. O presidente da época, Jânio Quadros se mostrou favorável a investir mais no Paraná. Logo depois ele renuncia ao cargo da presidência e o seu sucessor assumiu a presidência, porém, o novo presidente possuía algumas desavenças com o governador do estado, dificultando a entrada de recursos federais.

No início dos anos sessenta, formula-se no Paraná um projeto de desenvolvimento do Estado via industrialização substitutiva de importações, buscando repetir um processo que, ocorrendo no Brasil, concentrava-se em São Paulo. A principal agência a financiar e orientar essa tentativa foi a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR (após 1967, Banco de Desenvolvimento econômico do Paraná – BADEP), trabalhando originalmente com grande autonomia através da manipulação dos recursos extra-orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE (LEÃO, 1986, p.38).

A saída que Braga encontrou foi aumentar os impostos dos contribuintes para formar um fundo, que pudesse ser utilizado para os investimentos para a criação de infraestrutura, para que o Paraná superasse a condição de estado periférico. Foram, assim, criados o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR). Essas agências foram criadas para tentar acabar com o modelo primário-exportador que o estado estava exercendo, e se tornarem independentes da economia do estado de São Paulo, dando origem ao paranismo, que nada mais é do que:

Uma ideologia, no sentido mesmo do termo, isto é um artefato construído, inclusive a partir do Estado, com vistas a mobilizar a opinião pública e os esforços da sociedade no sentido de construir um Paraná economicamente forte e socialmente justo (LEÃO, 1999, p.9).

O CODEPAR “desde sua fundação em 1962, teve como meta prioritária dotar o estado de infraestrutura, básica inexistente naquela época” (BADEP; IPARDES, 1979 p. 2). O CODEPAR gerenciava os recursos adquiridos através do FDE.

Em fevereiro de 1963, o CODEPAR contratou a empresa Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), em conjunto com o PLADEP, para desenvolver o plano de desenvolvimento para o estado do Paraná. O plano abrangia objetivos principais que eram: saúde, educação, criação indústrias, ampliação da pauta de produção agrícola, infraestrutura entre outros (GOMES, 2010).

De acordo com Leão (1986), a substituição de importações mostrou-se impossível. O plano de desenvolvimento para o estado do Paraná não conseguiu cumprir com suas metas por vários motivos, como: a mudança de governo com o golpe de 1964, a falta de recursos do FDE e a falta de interesse do capital estrangeiro em adentrar no estado. O período político por qual atravessava o país, fez com a economia do estado ficasse estagnada e com que a contribuição do Paraná na composição do produto nacional diminuísse.

Segundo Cano (1998), o processo de industrialização no modelo cepalino não vingou, pois se tratavam de estados dentro de uma federação, e o modelo tinha sido idealizado para relações internacionais.

Na década de 1960, a indústria paranaense ainda era pouco expressiva, apresentando-se, basicamente, ligada à produção primária com baixo grau de elaboração no processo industrial, como é o caso do beneficiamento do café e da indústria madeireira. Nessa época, as indústrias ligadas a esse segmento representavam 68,9% da produção industrial do Estado. (...) Se até a década de 1940, a produção era restrita extração de erva-mate e da madeira, nas décadas de 1950 e 1960, o binômio produtivo era café e madeira (LEÃO, 1989 *apud* HERSEN, 2013 p.45).

A crise da economia na década de 1960 é provocada por um surto inflacionário, fazendo com que o país perdesse o seu dinamismo econômico, que tinha sido apresentado na década anterior. Com a ascensão do governo militar em 1964, eles adotam medidas de estabilização econômica. E só mais tarde, no final da

década de 60, que a economia brasileira volta a crescer dando início a um período conhecido como milagre econômico (PIRES, 2010).

Por conta da mudança que ocorreu com o sistema financeiro, em busca da estabilização da inflação do país, em 1968, o CODEPAR deixa de ser um Companhia e passa a ser um banco, o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) (GOMES, 2010).

Em meados da década de 1970, quando a produção de café entra em crise no estado, a soja e o trigo ganham espaço no cenário agropecuário. Isto ocorre, principalmente por causa dos incentivos do governo federal para a diversificação da produção agrícola, do preço que a soja tinha no mercado e de sucessivos períodos de frio rigoroso que fizera com que a cultura de café fosse inviabilizada (TRINTIN, 2006).

Como a soja e o trigo eram culturas agrícolas modernas e mecanizadas, um grande contingente de pessoas fora expulsas das áreas rurais em direção aos centros urbanos. Ao contrário do café, que precisava de muita mão de obra para o seu cultivo, as culturas mais desenvolvidas precisavam de equipamentos com grande complexidade industrial (TRINTIN, 2006).

Mesmo passando por vários problemas sociais o Paraná aproveitou os incentivos ofertados pelo governo e diversificou a sua pauta de produção, transformando-se em um dos mais importantes produtores agrícolas do país.

Tabela 1 - Participação do Paraná no total nacional na produção dos principais produtos agrícolas nos anos de 1968, 1970 e 1977, em %.

Anos	Algodão	Arroz	Café	Cana-de-Açúcar	Feijão	Milho	Soja	Trigo
1968	24,70	5,03	47,46	3,49	21,80	19,48	24,90	13,36
1970	26,89	7,81	12,98	2,89	32,90	25,04	24,39	15,36
1977	28,48	10,06	10,95	4,96	25,19	24,04	37,56	60,84
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE 1970b, 1980, 1985^a *apud* TRINTIN, 2006, p.87. Adaptação da versão original.

Podemos observar na tabela 1, o aumento do plantio de outras culturas, diversificando a composição do produto da economia paranaense, que mudou a partir de 1968. O café deixou de ser o principal produto da economia do

estado, dando espaço aos produtos como a soja e o trigo. Essas novas lavouras beneficiavam o estado, pois, para o seu cultivo, era preciso o implemento de novas técnicas como: maquinário, fertilizantes, pesticidas. É a partir desse momento que várias indústrias são atraídas para o estado para atender a demanda do estado.

A década de 70 representou para o Paraná o marco das grandes transformações. Essas mudanças são oriundas de dois grandes movimentos, distintos e ao mesmo tempo complementares, ligados ao movimento de maior integração da economia nacional. O primeiro resultou da política de modernização e diversificação da agropecuária nacional, cabendo ao Sul do país papel mais relevante nesse processo. O segundo decorreu de um movimento mais geral de integração do mercado nacional, com conseqüente desconcentração da produção industrial, fortemente ancorada nos investimentos públicos, seguido de um movimento de espraiamento da economia industrial paulista (TRINTIN, 2006 p.88).

A política antes pregada no Paraná era que ele precisava superar a condição de estado “subdesenvolvido” diante a economia de São Paulo. Com o fracasso diante a tentativa de superação de sua condição de estado atrasado o Paraná assume o papel de economia complementar em relação ao centro dinâmico do país e passa a se especializar naquilo em que ele é mais eficiente. Pela proximidade com o estado de São Paulo, com a diversificação, especialização na pauta de produção agrícola e a política de atração de investimentos realizada pelo Governo Estadual, principalmente com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o estado passa a atrair indústrias para o seu território, mudando a pauta da composição do produto do estado (LOURENÇO, 2007; PADIS, 2006; TRINTIN, 2006).

O governo do estado do Paraná, em parceria com diversos órgãos públicos e empresas de capital misto, como a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e a Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR), estruturam a Cidade Industrial de Curitiba para atrair as indústrias. Além da estrutura ofertada pelo estado, foi concedido benefícios para as empresas que se instalassem na CIC, como a redução e a isenção de impostos e o financiamento da estrutura da empresa por parte dos bancos do governo (TRINTIN 2006).

A CIC teve um papel muito importante na atração de indústrias para o Paraná. Através dela foi possível a instalação de diversas empresas entre elas a

Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS), empresas essas que tiveram um papel muito importante na modernização do estado. Assim, o Paraná deixou de ser um estado que produzia apenas matérias primas e, a partir desse momento, ele passou a ter uma economia diversificada, beneficiando não apenas Curitiba e seu entorno, mas também as demais regiões³.

No capítulo seguinte será demonstrada a evolução histórica da região de Foz do Iguaçu, bem como as principais mudanças que a cidade sofreu a partir da construção da Ponte da Amizade (obra planejada no governo JK) e da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (no contexto do I e II PNDs).

³ As alterações mais significativas na infraestrutura e na indústria paranaense ocorreram no bojo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, notadamente, o I e II PNDs (LOURENÇO, 2007; TRINTIN, 2006).

3. O DESENVOLVIMENTO DE FOZ DO IGUAÇU

Neste capítulo, o tema abordado são os reflexos da Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI)⁴ sobre o município. Porém, antes será feita uma revisão histórica sobre a ocupação do território iguaçuense desde o período colonial até meados dos anos 2000, e como as decisões do Governo Federal interferiram no modo de ocupação e na dinâmica econômica da cidade. Os limites da cidade até 1951 foram os limites do que hoje é o Oeste paranaense (VER ANEXO G e H).

3.1 OCUPAÇÃO DO OESTE PARANAENSE

Com a divisão da América através do tratado de Tordesilhas, o território paranaense pertencia ao reino espanhol. Em 1750, com o tratado de Madri, houve a redefinição dos limites fronteiriços e o território que hoje é o Estado do Paraná passou a fazer parte da colônia portuguesa. Esse território foi indexado ao reino de Portugal, por conta da constante presença de portugueses que estavam em busca do “El dorado” e de escravos (PERIS, 2003).

Os espanhóis encontraram prata e ouro nos Andes. Em busca do mesmo objetivo, os portugueses começaram a explorar seu território na América, porém não encontraram os minérios desejados e começaram a ultrapassar os limites de Tordesilhas. A coroa espanhola, não contente com a presença portuguesa em seu território, organizou expedições para ocupar a Região da Bacia do Prata⁵. Conquistar esta região não foi uma tarefa fácil, pois os indígenas não eram amistosos. Mesmo com muitos conflitos com as tribos indígenas, os expedicionários não desistiram de sua missão e optaram pela prática do genocídio para alcançarem seus objetivos (PERIS, 2003).

Com a concretização da conquista da região, a coroa espanhola designou Pedro Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca como governador da Província do Prata. Segundo Figueiredo (1937), Cabeza de Vaca iniciou a ocupação em 18 de outubro de 1541:

⁴ A construção da UHI foi idealizada e planejada no âmbito do I PND, e será trabalhado adiante.

⁵ Região dos rios que são afluentes do rio Prata.

Depois de dezenove dias de marcha por florestas e montanhas, chegaram às aldeias dos índios Guaranis, que cultivavam o milho e a mandioca e fabricavam farinha de pinhão (...). No dia 1º de dezembro a expedição varou o Iguassú ou Água Grande e, dois dias depois, o Tibagí, que corre por um leito de rocha formado de lajes quadradas, tão regulares como se artificialmente tivesse sido calçado. Levava, portanto, a caravana, na direção noroeste. Neste mesmo dia os espanhóis encontraram um índio, Miguel, que vinha de Assunção, o qual se ofereceu para lhes servir de guia. Cabeça de Vaca sendo sabedor de que a tribo dominante do Piquirí lhe preparava igual acolhimento dispensado à tropa portuguesa enviada por Martim Afonso de Souza (completamente trucidada), resolveu marchar para o Sul, chegando a 14 de janeiro de 1542 às margens do Iguassú, que ele comparou tão largo como o Guadalquivir. (...) Poucos dias depois chegavam à foz do Iguassú, atravessando o rio Paraná, auxiliados pelos Guaranis, que habitavam ambas as margens do caudaloso rio. (...) No dia 11 de março de 1542 entrou em Assunção após uma peregrinação de cerca de seis meses. (FIGUEIREDO, 1937, p.68-70).

Cabeza de Vaca foi o primeiro europeu a chegar nas Cataratas do Iguaçu, após desviar do caminho de Peabiru, rota que era tradicionalmente utilizada para adentrar no interior do continente por via terrestre.

A ocupação da Região do Prata não foi realizada apenas por expedicionários, também teve uma participação muito importante da igreja em conjunto com os espanhóis, através da Companhia de Jesus. Foram organizadas comunidades de povoamento e a administração desses locais era feita através de uma divisão de poderes. Alguns setores eram ocupados pelos padres e as missões designadas aos clérigos eram a catequização e a pacificação dos indígenas. Mesmo tendo autarquia para a realização de seus trabalhos, os padres tinham que obedecer os militares espanhóis. Havia incompatibilidade entre os sacerdotes e os conquistadores, principalmente pela resistência que muitas aldeias indígenas tinham em relação ao modelo de *encomiendas*⁶ adotado pelos espanhóis.

Os espanhóis foram uma ameaça constante ao modelo de comunidade da Companhia de Jesus que havia se originado na província Del Guayrá em 1608. Porém, foram os portugueses que acabaram com as comunidades jesuíticas. Com a falta de mão de obra africana para trabalhar na parte portuguesa da América a solução encontrada foi a escravização dos índios. Mas logo findou o número de nativos em terras portuguesas e a solução foi ultrapassar a linha de

⁶ Esta expressão havia sido utilizada na Espanha para designar as terras e as rendas atribuídas ao comandante de uma ordem militar. Na América Latina, encomendava-se, ou confiava-se, a um conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la e o direito de utilizá-la como força de trabalho (FURTADO, 2007, p.50).

Tordesilhas e buscar a mão de obra em terras espanholas. As pessoas que faziam tal trabalho de captura dos índios para a escravização eram chamados de bandeirantes⁷. A maioria deles eram oriundos do estado que hoje é conhecido como São Paulo. Os bandeirantes capturavam os indígenas para vendê-los aos senhores fazendeiros. Primeiro eles capturaram os nativos que viviam fora das reduções jesuíticas. Quando extinguiu-se esses nativos os bandeirantes começaram a atacar os domínios jesuíticos (PERIS, 2003). Padis (2006) ressalta o final desta ocupação:

(...) Essa ocupação espanhola do território paranaense será completamente destruída por volta de 1628/32 pelos bandeirantes paulistas. Isto ocorreu fundamentalmente porque, além de temerosos da penetração espanhola para leste e desejosos de atingir as minas de prata do Potosí, nos Andes, os paulistas estavam voltados à caça do índio para utilizá-lo como escravo nas atividades de lavoura (PADIS, 2006 p. 48).

Quando atacaram as reduções jesuíticas, os portugueses foram beneficiados, pois os indígenas eram pacificados e domesticados, bem como exerciam várias atividades facilitando a trabalho dos bandeirantes (PERIS, 2003).

Com a destruição das reduções jesuíticas e das demais povoações espanholas no Guairá, a margem esquerda do Paraná viu-se num estado de quase completo abandono. (...) Assim deserta e sem atrativos econômicos ou políticos, ficaria por mais uma centena de anos (PERIS, 2003, p. 42).

Muitos índios, que conseguiram fugir dos bandeirantes ao atravessarem o rio Paraná em direção onde hoje é o Paraguai, foram capturados por espanhóis, outros fugiram para o Rio Grande do Sul, dando origem aos Sete Povos das Missões⁸. Grande parte dos cativos foi levada ao estado de São Paulo deixando o território do Oeste paranaense no isolamento por quase dois séculos. O Oeste paranaense volta a ser lembrado no século XIX, principalmente após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), mais popularmente conhecida como Guerra do Paraguai.⁹ Logo após o término da Guerra do Paraguai, setores de dentro do

⁷ Eram sertanistas do Brasil colonial, que desbravaram o interior do país atrás de minerais preciosos como prata e ouro e capturavam indígenas para vendê-los para serem usados como escravos (PERIS, 2003).

⁸ Conjunto de aldeias que os jesuítas fundaram em Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul.

⁹ Guerra que envolveu Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. O primeiro alvo do Paraguai foi o Brasil, pois o país possuía uma defesa frágil. O exército paraguaio entrou no país através do Mato Grosso do Sul, após invadirem o território brasileiro, como foi fácil entrar em território brasileiro eles

exército brasileiro começaram a se articular para a criação de uma colônia militar no extremo Oeste paranaense (o que veio a ser a colônia Militar de Foz do Iguaçu), pois a região era um ponto estratégico e não poderia ficar desprotegida, principalmente porque o exército paraguaio teve facilidade em adentrar em território brasileiro (PERIS, 2003).

3.2 FOZ DO IGUAÇU – HISTÓRIA ECONÔMICA

Com a reformulação do Ministério de Guerra brasileiro, foram desengavetados vários projetos do exército brasileiro e, um deles, era a ocupação da faixa de fronteira¹⁰ antes que os países vizinhos ocupassem. Foi criada uma comissão específica para essa empreitada. Os militares foram designados para ocupar o Oeste paranaense partindo da cidade de Porto União. A intenção era que os militares fossem ligando as maiores cidades já existentes através da abertura de estradas. O objetivo era chegar até o rio Piquiri para percorrê-lo até sua foz que desembocava no rio Paraná, de lá seriam abertas estradas que ligariam o estado do Paraná ao Mato Grosso do Sul e encontrar a foz do rio Iguaçu para instalação de uma colônia Militar (BRITO, 2005).

A criação desta comissão agradou em muito os militares que defendiam abertamente, desde o fim da Guerra do Paraguai, a fundação de uma Colônia militar na foz do rio Iguaçu e a retomada dos interesses nacionais no oeste paranaense (PERIS, 2006 p. 44).

O grupo teria que abrir uma estrada com uma largura de três metros, mas existiam vários obstáculos no caminho até a foz do rio Iguaçu. A mata era muito fechada, o clima da região não ajudava e o terreno não facilitava, pois era muito acidentado. Os rios que existiam entre as duas localidades eram muito caudalosos, existiam vários animais selvagens, muitas pessoas adoeciam e a principal

pretendiam conquistar terras mais ao sul do país mais precisamente o Rio Grande do Sul, porém, para conseguir se infiltrar no sul do país o exército paraguaio teria que atravessar a Argentina então o Paraguai atacou e tomou a província argentina de Corrientes. Com a invasão paraguaia em parte dos territórios da Argentina, do Brasil e Uruguai esses três países se uniram, em maio de 1865 assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que tinha como principal objetivo impedir que o Paraguai continuasse a avançar sobre seus territórios (PERIS, 2003).

¹⁰ A região da Faixa de Fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões e reúne aproximadamente 10 milhões de habitantes (SUDECO).

dificuldade era a falta de provisão, pois, mesmo com a abertura de uma estrada de ligação, ela era intransitável em algumas épocas do ano, pois chovia muito e dificultava o abastecimento do grupo. Para sobreviver, eles caçavam alguns animais como queixada, capivaras, veados, entre outros animais. Ao chegarem na foz do rio Iguaçu constataram que não era desabitada. Segundo Brito (2005), lá moravam 324 pessoas, sendo elas: nove brasileiros, cinco franceses, dois espanhóis, noventa e cinco argentinos, duzentos e doze paraguaios e um inglês.

Conforme Wachowicz (1987), no final do ano de 1889, foi criada a colônia Militar. Para suprir as demandas, o ponto de abastecimento foi deslocado para Catanduvás, os mantimentos que abasteciam a foz do Iguaçu vinham de lá. Mesmo com o caminho reduzido era difícil o transporte de mantimentos até a colônia. Nas primeiras décadas após sua fundação Foz do Iguaçu ficou esquecida, pois estava distante dos grandes centros dinâmicos e a única forma de comunicação entre as pessoas daquela localidade era a estrada aberta que dava acesso a Guarapuava, que estava em péssimas condições. A comunicação e comercialização nesta época ficaram, portanto, voltada para os países da Região do Prata.

Os transtornos eram diários. A alimentação vinda da Argentina para Foz do Iguaçu era de baixa qualidade e, o seu preço, exorbitante. Muitas vezes, os vapores deixavam, propositadamente, de entregar no prazo certo as mercadorias encomendadas pelos habitantes de Foz. Resumindo, para os argentinos e paraguaios, os brasileiros eram vistos como estranhos e, até mesmo, como intrusos num território que era legitimamente seu (PERIS, 2006 p. 48).

A colônia criada teria que se sustentar através da criação de animais e do cultivo da terra. Porém essas atividades foram substituídas pela extração da madeira e da erva-mate. Como o mercado platino demandava muita erva-mate e madeira os lucros conquistados com essas agriculturas eram muito bons (WACHOWICZ, 1987).

A extração de erva-mate e de madeira por colonos e militar se tornou moeda de troca junto aos comerciantes argentinos, por alimentos e outros produtos. As atividades agrícolas e pecuárias deixaram de ser prioridade na administração do Tenente Edmundo de Barros. Tal prática atraiu a atenção dos empresários ervateiros e madeireiros de Posadas e Corrientes, a ponto de incentivarem a atividade extrativista selando contrato com os colonos (MYSKIW, 2009 p. 153).

Para fazer o transporte dessas mercadorias eram utilizados os vapores argentinos. Existiam vários portos nas margens do rio Paraná acima da foz do rio Iguaçu, para escoar a produção madeireira e ervateira para abastecer o mercado argentino e paraguaio (WACHOWICZ, 1987).

Em 1910, a colônia militar se torna distrito da cidade de Guarapuava, passando a ser denominada Vila Iguassú. Quatro anos depois, com a lei nº 1383 de 14 de Março de 1914, a ex-colônia é emancipada e torna-se a cidade do Iguassú. Com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, em 10 de junho de 1918, o município passa a se chamar Foz do Iguaçu¹¹ (BRITO, 2005).

Nos anos 1920, o cenário da região começou a mudar, principalmente por causa da chegada das tropas revolucionárias paulistas. Entre as tropas estava o famoso revolucionário Luiz Carlos Prestes¹². Com a passagem da coluna Prestes pelo Oeste paranaense, foi mostrada para o Brasil a realidade da fronteira, um lugar abandonado pelo poder público que os estrangeiros estavam tomando conta e extraindo suas riquezas. Com isso, o Governo Federal tenta organizar a região de fronteira deixando ela mais próxima possível da realidade do país (PERIS, 2003).

Em 1930, quando Mário Alves Monteiro Tourinho assume o governo do estado do Paraná, um de seus primeiros atos foi tentar nacionalizar a área de fronteira. Porém, o governo Federal também tinha as mesmas intenções em relação ao Oeste paranaense. Getúlio Vargas era a favor da criação de novos estados com as faixas de fronteira do Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina e criar o Estado do Iguaçu. Para evitar que parte do Paraná se torna outro estado,

Tourinho nomeou Othon Mäeder prefeito de Foz do Iguaçu. Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo prefeito foi tornar obrigatório o uso do português nas repartições públicas, comércios, produtos, cartazes que fossem

¹¹ Na região a língua falada era o espanhol. As moedas que tinham predominância e circulavam pelo o oeste era o peso e o guarani. As embalagens dos produtos e calendários estavam em língua castelhana até as pessoas que habitavam a região achavam que não faziam parte do Brasil. Wachowicz (1987) relata o caso de uma professora curitibana que foi ministrar aulas na região oeste, e um de seus alunos perguntou em espanhol para a professora se o Brasil era lindo.

¹² Resultado da união entre forças tenentistas paulistas e gaúchas, efetivada no dia 11 de abril de 1925, esse grupo audacioso decidiu percorrer o interior do Brasil, à procura de apoio do povo para novos protestos contra o governo oligárquico do presidente Arthur Bernardes (ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2008, p.4).

espalhados pela cidade e as transações e pagamentos de impostos só poderiam ser realizadas em moeda brasileira.

O motivo pelo qual Getúlio Vargas apoiava o desmembramento dos estados para a criação de novos seria que: o Estado do Rio Grande do Sul já estava praticamente ocupado e não tinha como estender mais seu território para aumentar produção, fazendo com que os rio-grandenses do sul se deslocassem para o Oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Tinha-se o receio que estes Estados não recebessem bem o colono gaúcho. Então, a ideia era criar novos Estados, para que os gaúchos se deslocassem para essas localidades para atender seus interesses capitalistas (WACHOWICZ, 1987).

O território do Iguçu demorou um pouco para ser criado, o decreto de lei n.º 5.812 que deu origem ao Território do Iguçu. Porém, o novo Território não existiu por muito tempo. Com a queda do governo Vargas, em 1945, a região do Oeste do Paraná volta a fazer parte do Estado, através da constituição brasileira de 1945. O artigo 8º do ato das disposições transitórias diz que “ficam extintos os Territórios do Iguçu e de Ponta Porã, cujas áreas voltaram a fazer parte dos estados de onde foram desmembrados” (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1946, p.307).

A partir da década de 1950, começa o povoamento mais intenso na região, principalmente de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. Essa colonização foi possível porque o sistema de *obrages*¹³ já não estava mais em vigência. A partir desse momento, o governo do Estado concede as terras que antes pertenciam aos *obrageros* para as companhias de extração e colonização. A mais famosa delas foi Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. mais conhecida como Maripá. A Maripá foi a principal companhia colonizadora do Oeste paranaense. Essa companhia se alocou onde antes era a fazenda Britânia, que ocupava uma área de 263.462 hectares. Essa fazenda era uma das maiores *obrages* localizadas no Oeste paranaense. Com o declínio do sistema, foi adquirida

¹³ No oeste do Paraná, surgiram, no fim do século passado e no início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para a exploração de erva mate. Por extensão da terminologia dotada em território argentino, as mesmas propriedades ou concessões foram denominadas de obrages. Significa originalmente o local onde se trabalha manualmente. Seu proprietário ou dono da concessão é chamado de obragero (WACHOWICZ, 1987, p.194).

por colonos gaúchos, o que influenciou na forma como era feita a ocupação da região (WACHOWICZ, 1987).

A companhia primeiramente fez a exploração da madeira na região principalmente de pinhos, depois a fazenda foi dividida em pequenas chácaras para que os colonos vindos do sul pudessem adquirir essas pequenas propriedades. Não eram todos os tipos de colonos que poderiam adquirir as terras. A companhia vendia as terras somente para colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os colonos que por ventura viessem de outras regiões não conseguiam adquirir as terras. O que a companhia de colonização alegava era que os demais não tinham as mesmas técnicas de plantio que os descendentes de alemães e italianos. Esses possuíam uma técnica avançada se comparada com colonos das demais regiões do Brasil. As terras não eram concedidas, nem mesmo para os paranaenses (WACHOWICZ, 1987).

Os colonos que adquiriam essas pequenas propriedades como meio de subsistir nessa região começaram a plantar e recriaram os mesmos hábitos que praticavam em suas antigas colônias.

O fluxo populacional advindo do Rio Grande do Sul era composto por indivíduos de origem italiana e alemã, que normalmente dispunham de algum recurso financeiro e de instrumento de trabalho, o que lhes assegurava de imediato a instalação de uma propriedade rural. Esses primeiros grupos de migrantes instalaram-se em áreas rurais do oeste/sudoeste paranaense, formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e voltadas à geração de produtos de subsistência, bem como a criação de aves, porcos e algum gado leiteiro (TRINTIN, 2006, p.54).

Mesmo com o aumento do fluxo populacional, o Oeste paranaense ainda estava muito ligado ao mercado argentino. Em 1956, Juscelino Kubistchek, assumiu a presidência com a pretensão de levar o progresso para várias regiões do país. Uma das metas de seu plano de governo era o transporte, que previa a construção de diversas estradas de rodagem. Através do Plano de Metas¹⁴, foi criada a BR- 277 que ligava Foz do Iguaçu a Paranaguá, proporcionando a ligação da região Oeste do Estado aos principais centros comerciais do país, diminuindo a influência argentina nesta região (WACHOWICZ, 1987).

¹⁴ Como demonstrado no capítulo anterior, o plano de metas visava mudar o cenário socioeconômico do Brasil. A ideia era avançar cinquenta anos em apenas cinco. O Paraná e Foz do Iguaçu receberam investimentos do Governo Federal nesse período.

Neste ano também foi assinado o tratado para a construção da Ponte Internacional da Amizade (PIA) pelos então presidentes Alfredo Stroessner e Juscelino Kubistchek, que ligaria as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Strossner, atual Ciudad del Este. A construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando os dois países, proporcionou ao Paraguai a redução da dependência que o país tinha com relação a Argentina, aproximando o país ainda mais do Brasil. A inauguração da Ponte estimulou as negociações para o uso conjunto das águas do rio Paraná (MAZZAROLLO, 2003).

3.3 CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU E SEUS IMPACTOS

Dentro da perspectiva do Plano de Metas, o país apresentou um grande crescimento, e, para continuar progredindo era preciso que o Brasil fosse revestido de infraestrutura básica, como a criação de rodovias e o aumento da produção de energia. Para atingir os objetivos lançados pelo Plano de Metas, iniciaram-se várias pesquisas a fim de utilizar os recursos hídricos para a instalação de hidrelétricas. Entre esses levantamentos estava o estudo sobre o aproveitamento do rio Paraná. Os estudos sobre a utilização do rio começaram no governo JK e foram concluídos no início da década de 1960 (GERMANI, 2003).

Segundo Mazarollo (2003), a princípio a usina seria apenas brasileira, as sete quedas seriam aproveitadas para a geração de energia e a usina teria o mesmo nome das quedas. Mas esse projeto não foi possível, pois o rio pertencia a dois países, e o Paraguai não estava de acordo com a construção de uma usina pelo Brasil no rio Paraná, pois um dia poderia fazer uso do rio para as mesmas finalidades, gerando uma série de atritos entre os dois países.

Para por fim a esses desentendimentos entre Brasil e Paraguai, João Goulart convidou o então presidente paraguaio General Stroessner para uma reunião. A vista disso, eles assinaram um documento que enunciava que a exploração do rio só poderia ser feita se as partes interessadas entrassem em comum acordo. Com o golpe de 1964, o projeto para a construção da usina hidrelétrica de sete quedas é abandonado e os países entram em conflito novamente (MAZZAROLLO, 2003).

Em 22 de julho de 1966, os dois países assinaram a Ata do Iguaçu, que determinava que os dois países só realizariam os estudos sobre o aproveitamento do rio conjuntamente da parte que era comum aos dois países, que ia do Salto das Sete Quedas até a foz do rio Iguaçu. De acordo com Germani (2003), o Brasil, a partir desse momento, deixa de ter conflitos com o Paraguai e passa a ter conflitos com a Argentina, pois o país também queria aproveitar os recursos hídricos do rio para construir uma usina hidrelétrica em conjunto com o Paraguai.

Com a inauguração da Ponte da Amizade, em 1965, depois de vários conflitos entre o Brasil e Paraguai, as relações comerciais entre eles tonaram-se crescentes, e, em 1967, o governo dos dois países resolveram colocar em prática a parte relativa da Ata do Iguaçu sobre o aproveitamento do rio Paraná para a geração de energia (MAZZAROLLO, 2003).

De acordo com Mazzarollo (2003), depois da junção de várias comissões para a realização do estudo para o aproveitamento econômico do rio, criaram a Comissão Mista Técnica Brasileira/Paraguaia, que era composta pela empresa brasileira Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) e a paraguaia *Administración Nacional de Eletricidad* (ANDE). Essa comissão ficaria responsável pela escolha das empresas que executariam o projeto. A comissão elegeu a empresa americana Internacional *Engineering Company Inc* e a italiana *Electroconsult SpA* (ELC). Essas empresas ficaram responsáveis pelo estudo de localização da Usina. Após a definição do local, os presidentes da época, Alfredo Stroessner e Emílio Garrastazu Médici, assinaram o Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973.

A constituição do tratado de Itaipu (...) foi marcada através de um “instrumento jurídico de direito internacional público”. Como foi criado em igualdade de direitos e obrigações, manteve a paridade, assim como a igualdade soberana dos Estados-Membros (LIMA, 2006, p.203).

Itaipu era considerada a obra do século. Para a sua construção, foi estimado um investimento de cerca de US\$ 2,5 bilhões de dólares, mas, com o seu término, a obra ficou avaliada em cerca de US\$ 20 bilhões de dólares¹⁵. Para o

¹⁵ A despeito de superfaturamento e desperdício de recursos, que ocorre em toda obra pública no Brasil, a obra de Itaipu teve o preço reajustado em dólares devido a crise do petróleo em 1973 e a crise da dívida externa.

financiamento da obra foi adquirido empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que deverá ser pago até 2023, com a receita decorrente da produção de energia da própria hidrelétrica (MAZZAROLLO, 2003).

Todas as negociações para a construção de Itaipu se deu no âmbito do Governo Federal. O Governo do estado do Paraná que era o maior interessado na obra não foi consultado sobre a instalação da Usina em seu território, ainda mais que a energia que seria produzida na hidrelétrica não seria utilizada no estado. O Governo Federal iria se apropriar dos recursos naturais existentes no estado, para a produção de energia que seria utilizada no Sudeste do país. De acordo com (GERMANI, 2003, p.42) a construção da hidrelétrica é “considerada a maior afronta à autonomia econômica do Estado do Paraná”. Além de perder terras muito férteis, deixando de produzir toneladas de grãos, o Paraná perderia também o Salto das Sete Quedas. A receita do Estado ia diminuir com a perda da renda das terras e do turismo das quedas. O Paraná perderia muito e até então não receberia nenhum ressarcimento.

Em 1974, começam as instalações para dar início a construção de Itaipu. A cidade de Foz do Iguaçu, que até inícios da década de 1970 vivia sob a dinâmica econômica da exploração madeireira, passa por uma transformação econômica e a sua dinâmica se volta para a construção de Itaipu. A população de Foz do Iguaçu chegava em torno de 33.000 pessoas, segundo dados estatísticos do anuário de 2001 em 1970, tem uma variação de aproximadamente 300% para o ano de 1980 (MAZZAROLLO, 2003).

Na tabela 2 pode ser observada a variação da população do município de Foz do Iguaçu. Nota-se que a população da cidade teve grandes saltos populacionais em períodos considerados chave, como a vinda dos colonos gaúchos na década de 1950, a construção da ponte da Amizade e da BR- 277 e o grande salto populacional que ocorreu na passagem dos anos 70 para os 80.

Tabela 2 - Dados populacionais e variações percentuais do Município de Foz do Iguaçu 1920/2010

ANO/CENSO	POPULAÇÃO	VARIAÇÃO %
1920	6.430	–
1940	7.645	18,90
1950	16.412	114,68
1960	28.212	71,90
1970	33.966	20,40
1980	136.321	301,35
1990	190.115	39,47
2000	258.368	35,90
2010	256.088*	-0,88

Fonte: IBGE *apud*, Anuário Estatístico Perfil, 2001, p.20.

Nota: Dados Trabalhados pelo autor. *Fonte: IBGE.

Antes da instalação das obras da Usina de Itaipu, Foz do Iguaçu era uma cidade interiorana, não possuía infraestrutura para abrigar o enorme contingente de pessoas que viria para a construção da hidrelétrica. As ruas da cidade, em sua maioria, eram de terra, as casas eram de madeira, as escolas e hospitais não conseguiria atender a demanda crescente (CATTA, 2009).

Com a perspectiva de um crescimento desordenado da cidade, o governo do estado e o governo municipal solicitaram um Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) para a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a fim de evitar que houvesse uma ocupação desordenada. O estudo do PDU saiu e apontou que se a cidade não fosse estruturada, logo o município enfrentaria sérios problemas sociais e econômicos. Mesmo com o resultado do relatório os governos estadual e municipal nada fizeram e a cidade continuou a se crescer desornamente (GERMANI, 2003).

A notícia da construção de Itaipu atraiu várias pessoas para trabalharem na obra. Muitas dessas pessoas já tinham trabalhado na construção de outras usinas, outras vieram atraídas pela oportunidade de se conseguir um emprego e outras migraram do Nordeste do país.

As pessoas foram chegando e se instalando em casas com alugueis cem por cento mais caro do que em Curitiba, por exemplo. Quem não tinha condições de alugar casas ou quartos foi morar em barraco na favela ou embaixo de uma árvore (REVISTA NOSSO TEMPO 1980 a 1983, *apud*, CATA, 2003, p.52).

Em 1975, de fato, começam as obras de Itaipu. Com a construção da barragem, em um determinado momento, as comportas seriam fechadas para formar o reservatório que daria início à geração de energia. Com a formação do lago muitas áreas seriam alagadas, vilas, propriedades rurais e até cidades desapareceriam embaixo da água, afetando, principalmente, os locais onde os colonos gaúchos se instalaram na década de 50 (WACHOWICZ, 1987; MAZZAROLLO, 2003).

No Tratado de criação da hidrelétrica, já estava prevista a desapropriação da área para a formação do reservatório de Itaipu. O artigo XVII do Tratado de Itaipu enunciava:

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

Parágrafo 1º - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, ad referendum das Altas Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas (TRATADO DE ITAIPU, 26 de Abril de 1973).

O processo de desapropriações começa, mas as pessoas não queriam deixar suas terras, principalmente os agricultores, pois eles afirmavam que seria difícil mudar para outro lugar porque levaria tempo até preparar as novas terras para o plantio, e o preço que governo pagava pelas terras não daria para comprar novas terras com o mesmo fator de produtividade do que aquelas que seriam alagadas. Só seriam indenizadas pessoas que possuíam as escrituras das terras,

posseiros e pessoas que estavam ocupando as terras irregularmente não teriam direito a compensação (GERMANI, 2003).

As pessoas começaram a se unir para resistir ao processo de desapropriação e o setor de Itaipu designado para essa árdua tarefa traça outra estratégia para as expropriações de terra (MAZZAROLLO, 2003).

De início, o plano de Itaipu era de indenizar por áreas, partindo do canteiro de obras e subindo em direção a Guaíra, sem deixar ninguém para trás, mas o plano teve que ser logo abandonado, porque o caos fundiário assim determinou e também porque os dirigentes da empresa constataram que, indenizando aleatoriamente aqui e acolá, dificultavam a união e a mobilização de resistência do povo (MAZZAROLLO, 2003, p.53).

Para a desarticulação do movimento que surgiu, a equipe técnica de Itaipu começou a indenizar locais estratégicos para a sobrevivência de qualquer tipo de comunidade. Primeiro ela indenizou locais públicos como escolas, hospitais, igrejas e prefeituras. Depois, ela partiu para a indenização de estabelecimentos comerciais, inviabilizando a estadia de quem fizesse resistência a desapropriação (GERMANI, 2003).

Germani (2003) relata o caso de um agricultor explicando o porquê ele tinha aceitado vender suas terras:

Fui obrigado a aceitar a proposta pelos seguintes motivos: a) toda a população da vila estava sendo obrigada a sair, de modo que eu ficaria sozinho e sem recursos, sem estabelecimento comercial em que comprar e vender; b) os representantes da Itaipu faziam pressão, dizendo que se alguém não aceitasse eles entregariam a questão à justiça; c) aqueles que não aceitavam a proposta, Itaipu demorou para retomar com nova proposta, enquanto isto as outras terras ficaram subindo de preço, devido a isto assinaram no desespero; e d) o medo de ter que mexer com a justiça e não ter terra para comprar depois levou muita gente assinar a proposta (GERMANI, 2003, p.76).

Muitos dos expropriados foram para o Norte do país ou para o Paraguai, pois as terras eram mais baratas do que as terras no Paraná. Diferentemente daqueles que receberam por suas terras, os expropriados que não foram indenizados ou receberam pouco por suas terras, se alojaram em regiões próximas ao lugar que antes viviam. Muitos permaneceram na região que seria alagada por não terem para onde ir, até serem expulsos pela água, mas grande parte se estabeleceu em Foz do Iguaçu, em busca de uma oportunidade de emprego no canteiro de obras (MAZZAROLLO, 2003).

Em 13 de outubro de 1982, as comportas de Itaipu foram fechadas dando início a formação do lago, inundando as terras demarcadas e expulsando aqueles que ainda insistiam em ficar. O lago que seria formado em um mês demorou apenas quinze dias. De acordo com Ribeiro (2008), Guairá, Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Santa Helena e São Miguel juntos deixaram de colher 100 mil toneladas de soja, 31 mil de trigo, 34 mil de milho, 27 mil de mandioca, 24 mil de café, 1700 de arroz, 1500 de feijão. Em média, foram deixados de colher nesses oito municípios cerca de 200 mil toneladas de produtos agrícolas.

O caos estava instalado na cidade. Catta (2003) fala sobre as incertezas que a mídia iguaçuense expressava sobre a construção da Hidrelétrica, questionando se a instalação da Usina traria progresso para a cidade ou apenas miséria. Muitas dúvidas eram tidas em relação à capacidade da cidade abrigar uma obra do porte de Itaipu. Para abrigar seus funcionários, Itaipu construiu alojamentos e vilas. Os alojamentos eram destinados aos barrageiros conhecidos também como peões¹⁶ de obra que eram solteiros. Essas instalações estavam localizadas no canteiro de obras. Os conjuntos habitacionais criados por Itaipu estavam constituídos em Vilas A, B e C. As vilas eram organizadas pela hierarquização de funções desempenhadas na construção da usina. A vila A era destinada para os técnicos, a vila B para diretores e chefes e a vila C para peões que possuíam famílias. Essa vila, por possuir trabalhadores que estavam ligados a parte mais bruta da construção, ficava próxima ao canteiro de obras.

De acordo com Catta (2009), Itaipu criou uma “cidade civilizada” dentro de Foz do Iguaçu. Era como se houvessem duas cidades. Uma tinha infraestrutura comparada a dos países desenvolvidos, como escola, hospital moderno, ruas asfaltadas, clubes sociais e segurança 24 horas por dia. Outra, com ruas de terra, sem a mínima infraestrutura para abrigar todas as pessoas que chegavam.

Os trabalhadores mais pobres eram os que tinham mais contato com a cidade de Foz do Iguaçu. Eles iam fazer suas compras no centro da cidade, que era na Vila Portes ou “ponte”, onde os preços eram mais acessíveis para as camadas mais pobres da população, dali atravessavam a Ponte da Amizade até

¹⁶ Os peões que faziam o trabalho mais pesado da construção.

chegar a Presidente Stroessner¹⁷ para comprar brinquedos, bebidas e eletroeletrônicos (CATTA, 2003).

Conforme Catta (2009), a crise da dívida da década de 1980, fez com que vários investimentos que seriam realizados pelo governo fossem engavetados, trazendo mais problemas para a cidade. O ritmo da construção de Itaipu já não era mais o mesmo dado à proximidade para os termos da obra. Mesmo assim, muitas pessoas eram atraídas para a fronteira em busca de emprego. Sem muitas opções, o jeito foi se adaptar a realidade da cidade. A favelização da cidade foi intensificada, surgiram núcleos em várias partes da cidade, principalmente no entorno da vila C de Itaipu, onde estavam concentrados os peões de obra.

Essas favelas foram ainda “engrossadas” com o enorme contingente de desempregados que vieram para essa cidade após os anos 1980 e 1990, iludidos pela perspectiva de ganho e enriquecimento fácil a partir do ingresso no aparentemente próspero mercado de trabalho, inaugurado pelo “turismo” e “comércio” de importados do Paraguai (GONZALEZ, 2005, p.38).

A conjuntura econômica pela qual o país estava passando no momento possibilitou o surgimento do turismo de compras em Presidente Strossner. O comércio também se tornou mais intenso entre brasileiros e argentinos. Como, naquele momento, a moeda argentina estava valorizada frente ao real, os argentinos vinham fazer compras no Brasil, surgindo a necessidade da construção de uma ponte que ligaria Foz do Iguaçu a cidade de Puerto Iguazú. Em 1983 é dado início a construção da Ponte Tancredo Neves. A obra foi terminada em 1986 (CATTA, 2009).

Na fase de crescimento do município, ligada à construção da Hidrelétrica, principalmente a partir da década de 80, estabeleceu-se uma relação comercial mais estreita com o Paraguai, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Verificou-se, também, uma ampliação na importância do ‘turismo de compras’ e do comércio atacadista exportador para a região fronteira. Notou-se uma significativa elevação na demanda de produtos eletroeletrônicos, pelos brasileiros, impelindo o direcionamento de maiores investimentos dos comerciantes instalados no Paraguai, principalmente de origem árabe e asiática, na estrutura comercial de Ciudad del Este. Do lado brasileiro, observou-se um aumento no número de turistas que chegavam à Foz do Iguaçu com o objetivo de fazer compras no Paraguai. Esse turismo, o qual se convencionou chamar de *turismo de compras* assumiu importância preponderante na economia da cidade, movimentou e fez crescer o número de hotéis, restaurantes, lanchonetes, agências bancárias, de correios, de turismo e outras empresas prestadoras de serviços, bem como absorveu trabalhadores do município. Amplia-se, assim, o mercado

¹⁷ Com a queda do Presidente General Alfredo Stroessner, em 1989 a cidade passa a se chamar Ciudad del Este.

capitalista em sua fase globalizada (SOUZA 1998 *apud* GONZALEZ, 2005, p.27).

Com o término da construção de Itaipu em 1991, foram dispensados um grande contingente de trabalhadores. Muitos desses trabalhadores não queriam voltar para a sua terra natal. A construção de Itaipu levou mais tempo do que as construções de outras hidrelétricas, fazendo com que as pessoas que trabalharam na obra criassem raízes em Foz do Iguaçu. As demissões em larga escala só vieram aumentar os problemas que já existiam na cidade. A alternativa que as pessoas acharam como meio de subsistir na cidade foi através da ocupação informal no comércio que tinha se instaurado em Ciudad del Este (CATTÁ, 2003).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado anteriormente, a região do Oeste paranaense era de domínio espanhol até 1750. Depois do tratado de Madrid a região passa a ser portuguesa e o lugar é esquecido por quase dois séculos. A região volta a ter importância depois da Guerra do Paraguai. Com a instauração da República o processo de ocupação do Oeste paranaense é efetivado, e é fundada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1889. A partir dessa intervenção do Governo Federal, é determinado o início do processo de desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu.

Com a entrada de JK na presidência, foi elaborado Plano de Metas que previa o desenvolvimento do país de cinquenta anos em cinco. Para realizar tal façanha, o país precisaria estar dotado de infraestrutura básica, que possibilitou a criação da BR-277 e da ponte da Amizade. Com a crescente demanda por energia para continuar com o processo de desenvolvimento da indústria brasileira, surgiu o projeto de criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Com a interferência do Governo Federal, que projetou três grandes obras para Foz do Iguaçu (Ponte da Amizade, Itaipu e a Ponte Tancredo Neves), a ocupação da cidade foi feita de maneira distinta do que aconteceria sem intervenção. A cada nova intervenção, a cidade atraía um fluxo populacional de acordo com o investimento realizado. As pessoas vinham em busca de emprego. A notícia da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que era considerada a obra do século, atraiu um grande contingente de pessoas de todas as partes do país e do Paraguai para trabalhar na obra. Foz do Iguaçu era um lugar promissor. A população da cidade cresceu exponencialmente e atingiu uma marca de quase 301% no início da década de 1980, e junto ao avanço populacional aumentam os problemas sociais.

A construção de Itaipu causou muitos reflexos negativos no processo de construção da cidade. A construção de uma Usina do porte de Itaipu atraiu um contingente maior do que o necessário para a realização da obra. A cidade não tinha infraestrutura básica nem para os seus moradores, muitos menos para centenas de milhares de pessoas que chegavam todos os dias a procura de um emprego. Como a cidade não possuía infraestrutura, foi iniciado um processo de

favelização, que trouxe vários aspectos negativos para o local. Enquanto as vilas criadas por Itaipu para abrigar seus funcionários possuía ampla infraestrutura, a cidade não tinha estrutura básica nem para atender seus antigos moradores. Eram duas cidades dentro de uma.

No período de 1974 à 1991, oferta de mão de obra era muito maior que a demanda para a construção de Itaipu, o que fez muita gente procurar um meio alternativo para sobreviver até que a oportunidade para trabalhar na obra aparecesse. Isso fomentou o comércio informal no Paraguai. Depois, com a crise econômica e o término da construção de Itaipu, as pessoas se realocaram para o novo ciclo que surgia com o comércio de compras.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu não trouxe apenas malefícios para a cidade, também trouxe vários benefícios. Antes da implantação da obra Foz do Iguaçu não possuía infraestrutura básica para os moradores e a população vivia da extração da madeira e da erva-mate, depois da construção de Itaipu a conjuntura econômica e social da cidade mudou, foi criada uma infraestrutura para abrigar a obra, mesmo sendo precária em alguns aspectos beneficiou em muito o município. Por ter sido uma obra de grande porte, Itaipu atraiu olhares do país e do mundo, dando visibilidade a Foz do Iguaçu atraindo milhares de turistas todos os anos para visitar a Itaipu, as Cataratas do Iguaçu e fazerem compras em Ciudad del Este. Hoje o município segundo lugar mais visitado pelos turistas no país.

A cada novo investimento do Governo Federal em Foz do Iguaçu, o município se transformava. Todo o processo de transformação do local foi ligado ao desenvolvimento nacional, pois a cidade figurava no bojo dos planos nacionais de desenvolvimento, que trouxeram obras do porte da Ponte da Amizade, da BR-277, da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da Ponte Tancredo Neves.

Pôde-se perceber que o desenvolvimento/crescimento de Foz do Iguaçu não esteve atrelado ao desenvolvimento/crescimento do Paraná. O desenvolvimento do município esteve mais ligado a conjuntura do país, pois o Paraná por ser um Estado novo, deixou de lado por um momento o desenvolvimento/crescimento do interior para atender as demandas dos núcleos urbanos que já estavam constituídos. Até mesmo por Foz fazer parte da estratégia nacional como região de fronteira e pelo potencial hidrelétrico dos rios Paraná e

Iguaçu, cujo uso econômico depende de acordos bilaterais internacionais com o Paraguai e Argentina.

Recentemente, à cidade voltou a figurar no cenário de investimentos federais. A instalação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e o anúncio da segunda ponte com o Paraguai inspiram a continuidade de pesquisa sobre o desenvolvimento/crescimento de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLI, Diego. **Um território chamado Iguaçu**. Gazeta do Povo, Curitiba, 27 de jul. de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1394287&tit=Um-territorio-chamado-Iguacu>> Acesso em 14 de nov. de 2014.

Arquivo da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná); IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Relatório de pesquisa 4 – A contribuição da CODEPAR e BADEP para o financiamento do processo de desenvolvimento na economia paranaense**. Curitiba 1979.

BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) <<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/demonstrativosfinanceiros/2014/Demonstracoes%20Financeiras%20Junho%20-%202014.pdf>>. Acesso em 30 de Março de 2014.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar**. 1º ed. Curitiba: Editora Travessa dos Editores 2005.

BRUM, Argemiro Jacob. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 14º Ed. Petrópolis: Editora Vozes 1995.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1995**. 2ºed. Campinas: Editora UNICAMP 1998.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Editora Edunioeste 2003.

CATTA, Luiz Eduardo. **A Face da Desordem pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)**. Rio de Janeiro: Editora Edgard Blücher LTDA 2009.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1946). Disponível em: <http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/4/1960/9.pdf> Acesso em 11 de Nov. 2014.

ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS, 4., 2008, Vitória da Conquista. **A coluna Prestes e sua passagem pelo município de Condeúba**. Vitória da Conquista: UESB, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Gild%C3%A1sio%20Alves%20dos%20Santos.pdf> . Acesso em: 28 nov. 2014.

FIGUEIREDO, Lima. **O oeste paranaense**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional 1937.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Editora Atlas S.A.1999.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. 1986. 157f. Dissertação de (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **As desventuras do Paranismo**. Revista FAE, Curitiba, v.2 n.3, p.9-20, set./dez., 1999.

LENTINO, Zilah Gomes. **Investimentos Do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul e o retorno em impostos para o estado de Santa Catarina**. 1988. 106f. Dissertação de (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica 2006.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia Brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização**. Curitiba: Edição do Autor 2005.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia Paranaense: Fatores de Mudança e Entraves ao Desenvolvimento**. Curitiba: Edição do Autor 2007.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da Construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: Editora IPARDES 2006.

MARTINS, Livínia Raquel Martins de. **O turismo na história de Foz do Iguaçu-PR**. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camburiu.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da Injustiça Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Edições Loyola 2003.

MUSEU PARANAENSE. Disponível em: <<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=104>> Acesso em: 13 de nov. de 2014.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A FRONTEIRA COM DESTINO DE VIAGEM: A colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. 2009. 245f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: Editora IPARDES 2006.

PARO, Denise. Gazeta do Povo. **Usina refez o mapa da região Oeste**, Curitiba, 05 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/especial-itaipu-30->

anos/conteudo.phtml?tl=1&id=1466444&tit=Usina-refez-o-mapa-da-regiao-Oeste>
Acesso em: 08 de nov. de 2014.

PERIS, Alfredo Fonceca (coordenador). **Estratégias de Desenvolvimento Regional região oeste do Paraná**. Cascavel: Editora Edunioeste 2003.

PIRES, Marcos Cordeiro (coordenador). **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. 1º Ed. São Paulo: Editora Saraiva 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Anuário Estatístico Perfil 2001**.

RIBEIRO, Mari de Fátima Bento. **Memórias do Concreto Vozes da construção de Itaipu**. 2º Ed. Cascavel: Editora Edunioeste 2008.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu Cidade rede Sul-Americana**. 2006. 170f. Dissertação de (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Aline Rachadel da. **Ações, desempenho e perspectivas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE): avaliação dos anos 2000**. 2011. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

SÓRIA, Miguel Augusto Zydan. **Usina de Itaipu Integração energética entre Brasil e Paraguai – Uma Síntese Histórica da Itaipu Binacional**. 1º Ed. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná. 2012.

SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/faixa-de-fronteira>> Acesso em 03 de jan. de 2015.

TRATADO DE ITAIPU. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/institucional/documentos-oficiais>> Acesso em 23 de nov. de 2014.

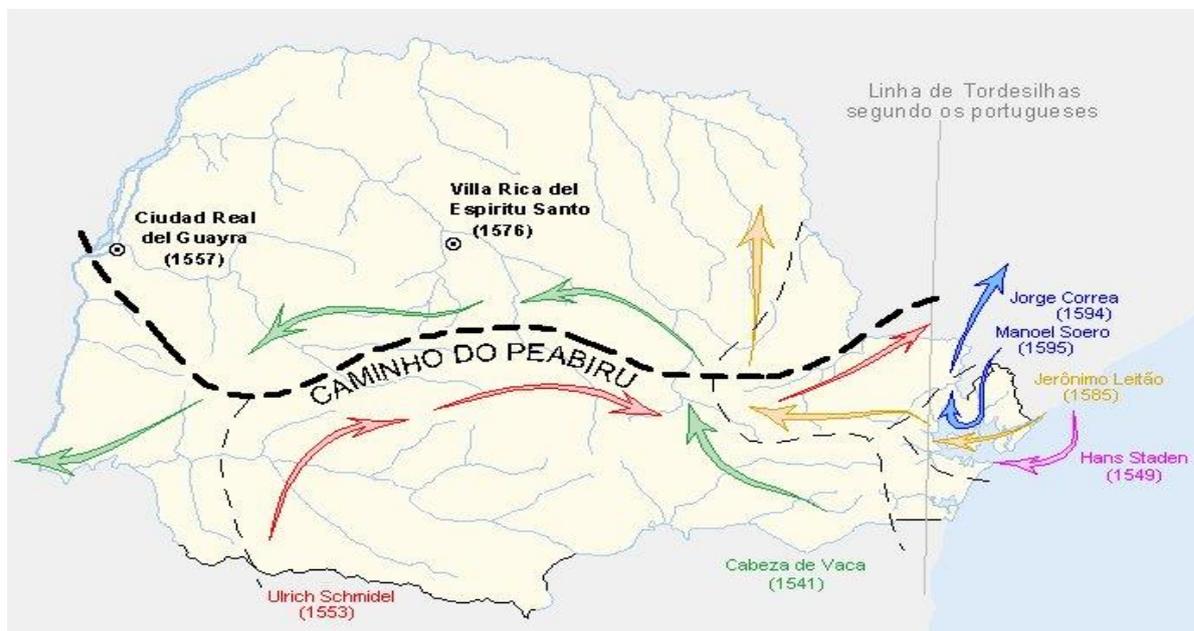
TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2006.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos História do oeste paranaense**. 2º Ed. Curitiba: Editora gráfica Vicentina Ltda. 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6º ed. Curitiba: Editora gráfica Vicentina Ltda. 1988.

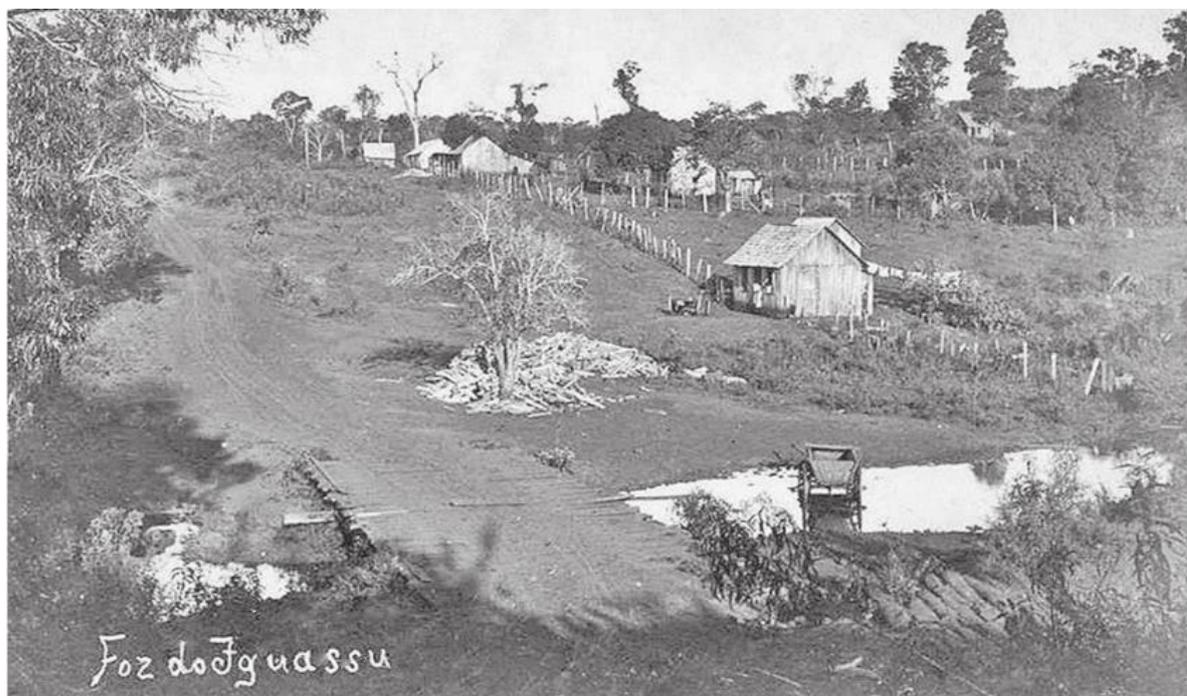
ANEXOS

ANEXO A – Caminho do Peabiru.



Fonte: Museu Paranaense.

ANEXO B - Foz do Iguaçu 1910.



Fonte: A Gazeta do Iguaçu, 2014, p.14.

ANEXO C - Um dos navios argentinos que faziam o transporte de passageiros e traziam mantimentos para os moradores de Foz do Iguaçu.



Fonte: A Gazeta do Iguaçu, 2014, p.28.

ANEXO D - A extração madeireira foi um dos ciclos econômicos de Foz do Iguaçu.



Fonte: A Gazeta do Iguaçu, 2014, p.16.

ANEXO E - Br-277 intransitável em períodos de chuva 1951.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

ANEXO F - Território Federal do Iguaçu de 1943-1946.



Fonte: Gazeta do Povo, 2013.

ANEXO G – EMANCIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE PARANAENSE

MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO	DESMEMBRADO DE
Anahy	11.06.90	Corbélia
Assis Chateaubriand	27.08.66	Toledo/Cascavel/Palotina
Boa Vista da Aparecida	22.12.81	Cap. Leônidas Marques
Braganey	03.05.82	Corbélia
Cafelândia	28.12.79	Cascavel
Campo Bonito	31.10.86	Guaraniaçu
Capitão Leônidas Marques	28.04.64	Cascavel
Cascavel	02.04.51	Foz do Iguaçu
Catanduvras	25.07.60	Guaraniaçu
Céu Azul	07.10.66	Matelândia
Corbélia	10.06.61	Cascavel
Diamante D'Oeste	21.12.87	Matelândia
Diamante do Sul	11.07.90	Guaraniaçu
Entre Rios do Oeste	18.06.90	Marechal Cândido Rondon
Formoso do Oeste	10.06.61	Cascavel
Foz do Iguaçu	14.03.14	Guarapuava
Guaira	14.11.51	Foz do Iguaçu
Guaraniaçu	25.07.60	Laranjeiras do Sul
Ibema	12.06.89	Catanduvras
Iguatu	28.05.90	Corbélia
Iracema do Oeste	04.07.90	Formosa do Oeste
Jesuítas	13.05.80	Formosa do Oeste
Lindoeste	12.06.89	Cascavel
Marechal Cândido Rondon	25.07.60	Toledo
Maripá	17.04.90	Palotina
Matelândia	25.07.60	Foz do Iguaçu
Medianeira	25.07.60	Foz do Iguaçu
Mercedes	13.09.90	Marechal Cândido Rondon
Missal	13.12.81	Medianeira
Nova Aurora	25.09.67	Formosa do Oeste/Cascavel
Nova Santa Rosa	20.06.73	Terra Roxa/Palotina/Toledo
Ouro Verde do Oeste	12.06.89	Toledo
Palotina	25.07.60	Guaíra
Pato Bragado	18.06.90	Marechal Cândido Rondon
Quatro Pontes	13.09.90	Marechal Cândido Rondon
Ramilândia	30.01.91	Matelândia
Santa Helena	02.02.67	Medianeira/Mal.C.Rondon
Santa Lúcia	09.05.90	Capitão Leônidas Marques
Santa Tereza do Oeste	12.06.89	Cascavel e Toledo
Santa Terezinha de Itaipu	03.05.82	Foz do Iguaçu
São José das Palmeiras	17.04.85	Santa Helena
São Miguel do Iguaçu	25.01.61	Foz Do Iguaçu/Medianeira
São Pedro do Iguaçu	16.07.90	Toledo
Serranópolis do Iguaçu	13.12.95	Medianeira
Terra Roxa	14.12.61	Guaíra
Toledo	14.11.51	Foz do Iguaçu
Três Barras do Paraná	13.05.80	Catanduvras
Tupãssi	27.12.79	Assis Chateaubriand
Vera Cruz do Oeste	27.12.79	Céu Azul

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos *apud* PERIS, 2003, p.70 e 71.

ANEXO H – Limites do Município de Vila Iguassú/Foz do Iguaçu até 1951.



Fonte: IBGE, *apud* MARTINS, 2010, p.83. Adaptação da versão original.

ANEXO I - Pessoas tentando salvar suas casas das águas do rio Paraná que subiria após o fechamento das comportas da UHI.



Fonte: Itaipu Binacional, 2014.

ANEXO J – Reflexos da construção da Usina.

Município	Área alagada (km ²)	Repasso atual (US\$ milhares)	Acumulado (US\$ milhões)
Santa Helena	263,8	917,5	387,2
Foz do Iguaçu	201,8	702,1	296,3
Itaipulândia	179,7	625,2	251,4
São Miguel do Iguaçu	90,9	316,3	145,9
Mal. Cândido Rondon	56,0	195,0	89,1
Guaíra	51,0	177,5	74,8
Pato Bragado	47,1	163,2	65,8
Santa Terez. de Itaipu	41,9	145,8	61,5
Missal	40,1	139,4	58,8
Entre Rios do Oeste	32,9	114,5	46,0
Mercedes	19,3	67,2	27,0
Mundo Novo (MS)	14,7	51,2	21,5
Diamante do Oeste	5,6	19,6	8,2
São J. das Palmeiras	1,9	6,8	2,8
Terra Roxa	1,6	5,5	2,3
Medianeira	1,2	4,0	1,7
TOTAL	1.350 km²	3,7 milhões	1,54 bilhão

Fonte: Gazeta do Povo.

ANEXO K - Turismo de compras no Paraguai.



Fonte: Google imagens.